Jornal do Comércio

Porto Alegre, Sexta-feira e fim-de-semana, 27 e 28 de fevereiro e 1 de março de 2026 - Nº 194 - Ano 93

2º Caderno

PUBLICIDADE LEGAL

Confiança do Comércio cresce 1,6% em fevereiro

Os comerciantes brasileiros ficaram mais otimistas em fevereiro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 1,6% em relação a janeiro, já descontadas as influências sazonais, o quarto aumento consecutivo.

O índice ficou em 104,7 pontos, na zona de satisfação, acima de 100 pontos. O resultado representa o maior nível desde julho de 2025. Na comparação com fevereiro de 2025, o Icec ficou estável (0,0%). Na passagem de janeiro para fevereiro, o componente de avaliação das condições atuais subiu 2,3%, com altas nos itens economia (5,1%), empresa (0,6%) e setor (2,1%).

O componente das expectativas subiu 1,0%, com elevações nos quesitos economia (1,1%), setor (1,0%) e empresa (1,1%). O componente das intenções de investimentos teve elevação de 1,8%, com altas nos itens investimentos na empresa (0,9%), contratação de funcionários (3,3%) e estoques (0,9%). Em fevereiro, a maior parte dos varejistas (70,6%) disse observar piora no momento atual da economia. No entanto, este foi o quarto mês com redução e o menor percentual desde janeiro do ano passado (67,3%).

Prefeitura Municipal de Esmeralda

PREGÃO ELETRÔNICO 04/2026

Objeto: Registro de Preço p/ futura contratação de empresas especializadas no fornecimento e plantio dematerias necessários p/ implantação de Pastagem Perene p/ a viabilização do Programa Municipal de Incentivo à Implantação de Pastagem Perene (menor preço por item). Abertura: 16/03/2026 às 9h, no https://www.portaldecompraspublicas.com.br, acesso identificado. Edital: compras.licitacao@esmeraldars.net, www.esmeralda.rs.gov.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ailton de Sá Rosa, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Cristal do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

O Prefeito Municipal torna público, que às **09:00 horas, do dia 16 do mês de março de 2026**, terá início a abertura de propostas do pregão eletrônico nº 06/2026. Objetivo: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **capacitação profissional,** por meio da oferta de **cursos profissionalizantes** de;**(**operador de máquinas pesadas, instalação de ar-condicionado e pintura de obras), atendendo ao **Programa Qualificar-RS do Governo do Estado FPE nº 2451/2025**. Informações e edital na Secretaria Municipal da administração, nos horários de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00horas, ou pelo fone e WhatsApp: (55) 3616-2215, site:www.cristaldosul.rs.gov.br, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, email:compraselicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br

Cristal do Sul – RS, 26 de fevereiro de 2026

Alexandre Costa - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

Pregão Eletrônico nº 07/2026. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza. Data de abertura dia 16/03/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. **Pregão Eletrônico nº 08/2026**. Objeto: Aquisição de um veículo 07 lugares e 03 ar condicionado. Data de abertura dia 20/03/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Editais em www.capaodocipo.rs.gov.br. Adair Fracaro Cardoso- Prefeito de Capão do Cipó.

Prefeitura Municipal de David Canabarro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

OBJETO – FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS (menor preço). Abertura: **11 DE MARÇO DE 2026** ÀS **08H30MIN**. Local: Portal de Compras Públicas. O edital encontra-se disponível no site http://www.davidcanabarro.rs.gov.br, e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ . Informações na Prefeitura Municipal, na Rua Ernesto Rissato, nº 265, David Canabarro, ou pelo fone: (54) 3351-1214.

Lauro Antônio Benedetti, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Lic. 39/2026 Dispensa de Licitação 07/2026. Contratação da empresa VETOR8, CNPJ 17.896.992/0001-80, empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, edição e produção de vídeos institucionais em alta qualidade, com utilização de câmeras profissionais e drones. Valor R$5.600,00. BL art. 75, II, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021

Lic.40/2026 Pregão Eletrônico 25/2026. Obj. Contratação de empresa para aquisição de microchips, aplicadores e equipamentos de proteção para implementação do sistema de identificação permanente de cães e gatos no Município de Três Passos/RS, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Teferência (Anexo I do edital). Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 12/03/2026, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Termo disponível na íntegra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

bradesco

EDITAL DE LEILÃO

"LEILÃO ON-LINE"

MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

1°LEILÃO: **17/03/2026** Às 15h. - 2°LEILÃO: **19/03/2026** Às 15h.

Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **ITAARA – RS. BAIRRO ESTAÇÕES.** Estrada Paulo Ribas de Almeida, n°255. Casa. Áreas Totais. Terr. 465,00m² e constr. 84,56m². Matr. 42.332 do 1°RI de Santa Maria - RS. Obs.: Ocupada. (AF) 1º Leilão: 17/03/2026, às 15h00. **Lance mínimo: R$ 420.669,40** e2º Leilão: 19/03/2026, às 15h00. **Lance mínimo: R$ 147.851,03** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Inf: Tel.: (11) 3336-6687 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266 Consultar edital completo e detalhado no site - www.milanleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO NORTE/RS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO NORTE, através de seu Prefeito Municipal, torna público que realizará licitação tipo menor preço, nos termos da Lei nº14.133/2021, de acordo com as informações abaixo: Processo nº005/2026 – Pregão Elet. Reg. Preços nº002/2026, para definição de registro de preços para contratação de empresa para realizar o serviço contínuo de exames ocupacionais, e demais especificações do edital, pelo período de um ano – SMA, no dia 23/03/2026, as 09:15hs. Processo nº016/2026 – Pregão Elet. Reg. Preços nº003/2026, para definição de registro de preços para prestação de serviços de transporte terrestre para realização de viagens por demanda dentro do estado do Rio Grande do Sul, por KM rodado – SMEC (RETIFICADO), no dia 20/03/2026, as 09:15hs. Processo nº032/2026 – Concorrência Elet. nº003/2026, para contratação de empresa especializada para realizar obra de construção de um alambrado e instalação de postes de iluminação – SMTEL, no dia 24/03/2026, as 09:15hs. Processo nº039/2026 – Credenciamento nº02/2026, para credenciamento de leiloeiro oficial, e demais especificações do edital – SMA, a partir do dia 27/02/2026, as 17:00hs. Processo nº040/2026 – Pregão Elet. Reg. Preços nº005/2026, para definição de registro de preços para aquisição de diversos eletroeletrônicos, pelo período de um ano – SMEC, no dia 25/03/2026, as 09:15hs. As propostas deverão ser apresentadas até o dia do julgamento. Os respectivos editais encontram-se à disposição na sede da CMLC, sino link LICITACON do site www.saojosedonorte.rs.gov.br, no endereço eletrônico www.bll.ogrg.br, ou via e-mail, gratuitamente.

Neromar de Araújo Guimarães

Prefeito Municipal.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 17/03/2026, às 09:55hs / 2º Público Leilão: 19/03/2026, às 09:55hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: O Apartamento nº 1001, tipo duplex, do Edifício Residencial Monterrey, sob nº 345 da rua Augusto Jung, situado no décimo e décimo primeiro pavimentos, localizado na esquina da rua João Antonio da Silveira com a rua Augusto Jung, Novo Hamburgo/RS, com a área real total de 491,49m², área real privativa de 316,04m² e área real de uso comum de 175,45m², correspondendo-lhe a fração ideal de 0,089862 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 097683.2.0064590-64 trasladada da Matrícula nº 64.590 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo/RS. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 2.111.733,07 (dois milhões, cento e onze mil, setecentos e trinta e três reais e sete centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.281.053,80 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: JÚLIO CEZAR WASZAK, brasileiro, administrador, separado, nascido em 16/05/1971, RG: 6043233011 SJS/II RS, CPF: 518.659.040-15, residente e domiciliado na Rua Augusto Jung, 505, Bairro Centro, Novo Hamburgo/RS, CEP: 93510-340, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Administração Regional do Rio Grande do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026

Objeto: **Serviços de Alimentação Coletiva para o CFPR Campanha.**
Data da disputa: **09/03/2026** (segunda-feira), às **09h30min**.
O processamento se dará pelo Portal **https://licitacoes-e2.bb.com.br**, onde os interessados deverão se cadastrar.

O Edital na integra poderá ser obtido nos portais:
https://www.senar-rs.com.br/index.php/transparencia; ou
https://app3.cna.org.br/transparencia/?gestaoLicitacaoAndamento-RS-2026-0.

Outras informações pelo e-mail: **cpl@senar-rs.com.br**

Eduardo de Mércio Figueira Condorelli
Superintendente

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 24/03/2026, às 10:00hs / 2º Público Leilão: 26/03/2026, às 10:00hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa nº 02 do Conjunto de Residências, com a área de 65,40m², sob o nº 51 da Rua Acari Garcez, esquina Rua Butiá, correspondente fração ideal de 0,5000, equivalendo a 180,00m², do terreno situado no Bairro Campestre, Loteamento Haras Chirú, composto do lote 01 da quadra 2872, São Leopoldo/RS, com área superficial de 360,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 097766.2.0107540-37 trasladada da Matrícula nº 107.540 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Leopoldo/RS. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art, 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 459.562,58 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 361.621,62 (trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que venceram a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: CARLOS AUGUSTO PASSOS CANABARRO, brasileiro, analista de segurança da informação, solteiro, nascido em 04/04/1985, RG: 4085397232 – SJS/II RS, CPF: 007.764.850-16 e JULIANA DE SOUZA, brasileira, analista de governança, solteira, nascida em 27/12/1984, RG: 6085924071 – SSP/DI RS, CPF: 827.529.900-49, ambos declaram conviver em união estável entre si, residentes e domiciliados na Rua Tomé de Souza, nº 100, Bloco 2 – APTO 203, Bairro Santos Dumont, São Leopoldo/RS, CEP: 93115-270, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

LOJAS QUERO-QUERO

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

LJQQ3 B3 LISTED

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: No dia 16 de janeiro de 2026, às 09h00, de modo virtual, conforme autorizado nos termos do Art. 14, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação**: Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. **Presença**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa**: Presidente: Christiano Antoniazzi Galló; e Secretário: Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a aprovação do 8º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("8º Programa") no âmbito do Plano 2020 e a outorga de novas Opções; **Deliberações**: Após exame e discussão da matéria constante na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas o 8º Programa no âmbito do Plano 2020, nos termos da minuta apresentada na presente reunião e arquivada na sede da Companhia, bem como a outorga de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços, a serem vestidas ao longo dos próximos 4 (quatro) anos, nos termos do documento apresentado na presente reunião, o qual ficará arquivado na sede social da Companhia. Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração autoriza a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o cancelamento das Opções mencionadas, a outorga de novas Opções sob o 8º Programa, a divulgação aos participantes, esclarecimento de eventuais dúvidas e celebração dos respectivos instrumentos contratuais. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas**: **Mesa:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros**: Christiano Antoniazzi Galló – Presidente; Flávio Benicio Jansen Ferreira – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Miazaqui - Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 16 de janeiro de 2026. **Mesa**: **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente, **Jean Pablo de Mello -** Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11611232 em 13/02/2026 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 260281727 - 22/01/2026. Autenticação: CAA1E551CBEBA5E5527AD99882BEF481952D7. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

LOJAS QUERO-QUERO

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

LJQQ3 B3 LISTED

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: Realizada no dia 12 de janeiro de 2026, às 09:00, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Presença**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Composição da Mesa**: Presidente: Sr. Christiano Antoniazzi Galló; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição de Luiz Felipe Nunes Barbosa ao cargo de Diretor sem Designação Específica. **Deliberações**: Após discussão, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, foi aprovada a eleição do Sr. Luiz Felipe Nunes Barbosa, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG nº 11641523-3, emitido pelo SESP/Detran-RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 081613297-61, com endereço comercial na Avenida Flores da Cunha nº 1.943, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul para o cargo de Diretor sem Designação Específica. O Diretor ora eleito terá mandato até o vencimento do mandato dos membros da Diretoria eleitos em 03 de maio de 2024. Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração fixou as competências do Diretor sem designação específica. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (a) Diretor Presidente: Peter Takaharu Furukawa; (b) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Jean Pablo de Mello; (c) Diretor sem designação específica: Luciano Matzenbacher Scotta; (d) Diretor sem designação específica: Daniel José Artus; (e) Diretor sem designação específica: Mirson Jose Engelmann; (f) Diretora sem designação específica: Cristiane Rhoden; e (g) Diretor sem designação específica: Luiz Felipe Nunes Barbosa. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas**: **Mesa:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente; Flávio Benicio Jansen Ferreira – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Miazaqui - Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 12 de janeiro 2026. **Mesa**: **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente, **Jean Pablo de Mello -** Secretário. **JUCISRS.** Certifico registro sob o nº 11608091 em 12/02/2026 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 260167622 - 15/01/2026. Autenticação: 123B61B6952DCE3BE0CF77866C27BEA6A4E9537. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METALURGICA

Farroupilha – RS – CNPJ n° 87. 834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 09h00min, na empresa, sita na Rodovia ERS 122, s/n, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS.**2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal, edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nos mesmos dias sendo todos na pág. 5, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura desta ata na forma sumária e a sua publicação omitindo as assinaturas de todos os acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 118.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 7.154.308,35, originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 110.845.691,65, originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 118.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas e na proporção das já tituladas. **7.2)** Deliberado no item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais), dividido em 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões), de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem outros assuntos a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, sendo lavrada, lida, aprovada e assinada por todos a sua ata. Farroupilha, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11624096 em 23/02/2026 de TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. INDUSTRIA METALÚRGICA, CNPJ 87834883000113 e protocolo 260465054, de 30/01/2026. José T. Jacoby - Secretário-Geral.**

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 08h30min, na empresa na Av. Ivo Tramontina, n° 1024, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D) Cad. Publicidade Legal, edições de 15,16 e 19/01/2026; no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D nas três edições todos na pág.1, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, por serem do conhecimento de todos os acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 429.000.000,00 com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 40.102.878,12 originários da conta contábil "Reserva Legal", e R$ 388.897.121,88 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 429.000.000 de novas ações de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas e na proporção das já tituladas. **7.2)** Deliberado conforme item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.711.000.000,00 (um bilhão, setecentos e onze milhões de reais), dividido em 1.711.000.000,00 (um bilhão, setecentas e onze milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem mais outros assuntos, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua Ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11618933 em 19/02/2026 de TRAMONTINA S.A. CUTELARIA, CNPJ 90050238000114 e protocolo 260463671, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

TRAMONTINA GARIBALDI S. A. IND. METALURGICA

Garibaldi – RS – CNPJ nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 09h30min, na sede da empresa, na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nos mesmos dias, sendo todos na pág. 2, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação omitindo as assinaturas de todos os acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, os acionistas, deliberando por unanimidade: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 72.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 8.157.804,25 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 63.842.195,75 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 55.854.327 novas ações ordinárias e 16.145.673 novas ações preferenciais, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das já tituladas e observadas as respectivas classes; **7.2)** Com a deliberação no item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões de reais), dividido em 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões) de ações sendo 300.217.012 (trezentas milhões, duzentas e dezessete mil e doze) ações ordinárias nominativas e, 86.782.988 (oitenta e seis milhões, setecentas e oitenta e duas mil, novecentas e oitenta e oito) ações preferenciais nominativas, todas do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua ata, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Garibaldi, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico registro nº 11623902 em 23/02/2026 de TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDUSTRIA METALÚRGICA, CNPJ 90049792000181 e protocolo 260465658, de 30/01/2026.José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 29 de janeiro de 2026, às 10h00min., na sede da empresa na Avenida Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. MESA**: Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS: 1.** Dispensada a publicação de Editais de Convocação (Art.124, §4º, LSA 6.404/76). **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por seu conteúdo do inteiro conhecimento dos acionistas; **2**. As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art.130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3**. Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art.130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R$ 20.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade dos presentes: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social em R$ 20.000.000,00, mediante subscrição particular, como proposto pela Diretoria, que foi subscrito e integralizado nesta data pelos acionistas conforme o Boletim de Subscrição abaixo, sendo parte mediante a utilização de créditos contábeis em moeda corrente nacional de valores adiantados para essa finalidade. Com este aumento, serão emitidas novas 20.000.000 de ações ordinárias, nominativas, ao valor nominal e ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, sendo que o preço de emissão das ações foi fixado em vista da perspectiva de rentabilidade e o valor do PL desta Companhia. **BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (Aumento do Capital Social Autorizado pela AGE de 29 de janeiro de 2026-1)** Nome e identificação do subscritor. **2)** Quantidade de Ações Subscritas (ordinárias, nominativas, no valor nominal e preço de emissão de R$ 1,00 de cada uma).**3)** Valor Total da Subscrição-R$.**4)** Valor integralizado no ato mediante aproveitamento de créditos contábeis-R$.**5)** Valor integralizado em moeda corrente nacional em até 180 dias desta data-R$.**6)** Assinatura do acionista subscritor.**1) CRPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**., sita na Av. Ivo Tramontina, 1024, Triângulo, Carlos Barbosa/RS, CNPJ nº 90876541/0001-70 e registro na JUCISRS nº 43205284359 em 15/04/2004, por seu Diretor, Sr. Ildo Paludo. **2) 8.498.977 - 3) 8.498.977,00 - 4) 8.498.977,00 - 5) 0,00. 2) BEMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**., sita na Av. Ivo Tramontina, 1024, Triângulo, Carlos Barbosa/RS, com CNPJ nº 90876558/0001-28 e registro na JUCISRS nº 43205283701 em 15/04/2004, por seu Diretor, Sr. Joselito Gusso.**2) 10.574.367-3) 10.574.367,00-4) 10.574.367,00-5) 0,00. 3) DLT PARTICIPAÇÕES LTDA.,** sita na Rua Getúlio Vargas, 2777, Linha Vitória, Carlos Barbosa/RS, CNPJ nº 05704827/0001-08 e registro na JUCISRS nº 43205371090, em 08/09/2004, por seu Diretor-Presidente, Sr. Renato Tramontina. **2) 926.656-3) 926.656,00-4) 0,00-5) 926.656,00. TOTAL: 2) 20.000.000 - 3) 20.000.000,00 - 4) 19.073.344,00 - 5) 926.656,00.** Carlos Barbora, 29 de janeiro de 2026. Jandir V. Brock - Diretor. Inácio Chies - Diretor. **7.2)** Após deliberação conforme item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ R$ 382.541.000,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais), dividido em 382.541.000 (trezentas e oitenta e duas milhões, quinhentas e quarenta e uma mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma. Parágrafo Único. Do montante do capital subscrito, a importância de R$ 926.656,00 (novecentos e vinte e seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), será integralizada em moeda corrente nacional em até 180 dias a contar desta data.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, se lavrou sua ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, 29 de janeiro de 2026.**9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller - Presidente. Jonathan Piva de Almeida - Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11629507 em 25/02/2026 de TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A., CNPJ 04693723000174 e protocolo 260435821 - 29/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

Haddad: 'aumento de imposto de importação não impactará preços'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o aumento das alíquotas do imposto de importação de uma lista ampla de eletrônicos tem objetivo puramente regulatório e não gera impacto nos preços desses equipamentos.

No início de fevereiro, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) aumentou as alíquotas do imposto de importação de mil itens. São bens de capital e bens de informática e telecomunicação, incluindo smartphones, freezers e painéis com LED.

"A medida não tem nem análise de impacto, porque o objetivo dela é regulatório. Mais de 90% desses produtos são produzidos no Brasil. Ou seja, seguem a lei brasileira, não tem nada a ver com essa medida", disse o ministro em entrevista a jornalistas.

Segundo ele, smartphones, que vêm sendo citados pela oposição, são, na maioria, produzidos na Zona Franca de Manaus, e acusou a oposição de ser contra o regime diferenciado.

Haddad disse que, se o produto é produzido fora do País e não tem similar nacional, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) está autorizado a zerar o imposto de importação imediatamente. "Então, o que de fato essa medida afeta? Ela afeta a empresa estrangeira que não está produzindo em território nacional; portanto, nós estamos falando de 5% a 9%, e que não produz algo diferente do que é produzido aqui. Qual é o objetivo? Trazer essa empresa para o território nacional".

Ele sustentou que a medida não gera impacto em preços, pois é focada na proteção da produção nacional. "É uma mentira o que estão falando, que isso vai encarecer, porque os produtos são feitos aqui, mas impede que uma empresa estrangeira, utilizando subterfúgio, consiga concorrer com a empresa que está instalada no Brasil com um produto similar".

Questionado se estaria em discussão rever parte da resolução, Haddad respondeu que a própria norma autoriza o Ministério do Desenvolvimento a, a qualquer tempo, zerar o imposto se houver o reconhecimento de que não há similar nacional.

Em dezembro de 2025, o Congresso aprovou uma arrecadação adicional de R$ 14 bilhões decorrentes do aumento do Imposto de Importação, como antecipou o Estadão - valor incorporado no então Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)

TRAMONTINA MULTI S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 10h00min, na sede da empresa na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas publicada no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D) nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14, e 19, pág. 15; e no JC-D, nas mesmas datas, todos na pág. 4, respectivamente.**5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, pois o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação omitindo as assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, deliberando por unanimidade os acionistas presentes: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 134.000.000,00, mediante a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 11.943.851,75 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 122.056.148,25 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", emitindo e distribuindo 134.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Deliberado o item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 377.000.000,00 (trezentos e setenta e sete milhões de reais), dividido em 377.000.000,00 (trezentas e setenta e sete milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente AGE, elaborada sua ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. J**UCISRS. Certifico registro nº 11624624 em 23/02/2026 de TRAMONTINA MULTI S.A., CNPJ 88037668000154 e protocolo 260466298, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

TRAMONTINA TEEC S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 27 de janeiro de 2026, às 10h30min, na empresa, na Rodovia BR-470/RS, Km 230, Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Dispensados os Editais de Convocação (Art. 124, §4º, LSA 6.404/76). **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por serem do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas, autenticadas pela Mesa e arquivadas na sede da Companhia (Art, 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, por deliberação unanime dos presentes: **7.1)** Aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 24.500.000,00, mediante a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 5.336.314,33 originários da conta contábil "Reserva legal", e R$ 19.163.685,67 originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", com emissão e distribuição de 24.500.000,00 novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem qualquer ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Em decorrência dessa deliberação, o Art. 5º do Estatuto Social assim passa a vigorar: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 254.500.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), dividido em 254.500.000,00 (duzentas e cinquenta e quatro milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Sem mais outros assuntos, esta AGE foi encerrada, lavrada sua ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os acionistas presentes reconhecendo sua validade. Carlos Barbosa, RS, em 27 de janeiro de 2026. (Ass.) Alessandro Spiller – Presidente; Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico registro de nº 11618582 em 19/02/2026 de TRAMONTINA TEEC S. A., CNPJ 01554846000136 e protocolo 260387975, de 28/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 30 de janeiro de 2026, às 08h00min, na empresa, sita na Rodovia BR-470/RS, KM 230, em Carlos Barbosa, RS. **2. PARTICIPANTES:** Acionistas representando mais de 2/3 do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. MESA:** Presidente, **Alessandro Spiller**; e, Secretário, **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Convocação aos Acionistas no Jornal do Comércio Impresso (JC-I), 2º. Cad. e no Jornal do Comércio Digital (JC-D), Cad. Publicidade Legal, nas edições de 15,16 e 19/01/2026, sendo no JC-I, dias 15, pág.15; 16, pág. 14 e 19, pág. 15; e no JC-D nas mesmas datas, todos na pág. 3, respectivamente. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 1**. Dispensada a leitura dos documentos das matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, por seu conteúdo ser do inteiro conhecimento dos acionistas; **2.** As declarações de voto, protestos e dissidências, se apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia (Art. 130, §1º, LSA 6.404/76); e, **3.** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas (Art. 130, §§1º e 2º, LSA Lei 6.404/76). **6. ORDEM DO DIA: 1.** Aumentar o Capital Social com a incorporação de reservas contábeis; e, **2.** Correspondente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, os acionistas, deliberando por unanimidade: **7.1)** Aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 128.000.000,00, com a incorporação de reservas contábeis, como proposto pela Administração, sendo R$ 10.895.186,53, originários da conta contábil "Reserva legal"; R$ 7.275.618,16, originários da conta contábil "Reserva Incentivos Fiscais" e, R$ 109.829.195,31, originários da conta contábil "Saldo à Disposição da Assembleia", com emissão e distribuição de 128.000.000 de novas ações, no valor de R$ 1,00 cada, sem ônus aos acionistas, na proporção das ações já tituladas. **7.2)** Deliberado conforme o item anterior, o Art. 5º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: ***Artigo 5º –*** *O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), dividido em 405.000.000 (quatrocentas e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma.* **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, lavrada sua ata, lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia. Carlos Barbosa, RS, em 30 de janeiro de 2026. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente. Jonathan Piva de Almeida – Secretário. **JUCISRS. Certifico o registro nº 11626952 em 24/02/2026 de TRAMONTINA ELETRIK S. A., CNPJ 88674080000101 e protocolo 260460800, de 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

Indústria da construção tem pior janeiro em nove anos

A indústria da construção começou 2026 em baixa. Em janeiro, o índice que mede o nível de atividade do setor registrou 43,1 pontos, pior resultado do indicador para o mês desde 2017, de acordo com a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta quinta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A edição de janeiro da Sondagem Indústria da Construção ouviu 312 empresas - 122 pequenas, 125 médias e 65 grandes - entre os dias 2 e 12 de fevereiro.

"Os juros altos encareceram o crédito, dificultando o acesso ao crédito pelas empresas e, consequentemente, os investimentos do setor. Além disso, prejudicaram a demanda, impactando o desempenho da construção", argumentou Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

A perda de ritmo da indústria da construção também foi evidenciada por outros indicadores, como o índice de evolução do número de empregados, que recuou de 45,7 pontos em dezembro de 2025 para 45,3 pontos em janeiro de 2026.

Em fevereiro, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da construção permaneceu em 48,6 pontos. O indicador completou 14 meses abaixo da linha de 50 pontos.

Apesar dos resultados negativos em fevereiro, os quatro indicadores permaneceram acima da linha de 50 pontos, o que revela perspectivas positivas dos empresários.

Pix rivaliza com cartão de crédito no e-commerce

O cartão de crédito e o Pix são os meios de pagamentos mais usados no e-commerce brasileiro, mostrou pesquisa da Visa Conecta, empresa criada pela Visa para inovação em soluções digitais, divulgada nesta quinta-feira. O estudo celebra os 30 anos do comércio online no País e busca traçar um panorama sobre os hábitos de consumo pela internet.

Segundo a sondagem, 47% dos consumidores disseram ter usado o cartão de crédito na última compra digital, ligeiramente à frente do Pix, utilizado por 45% dos participantes. A possibilidade de parcelamento atraiu 53% dos que optaram pelo cartão, enquanto 40% citaram hábito de uso e 38% destacaram o controle financeiro.

A pesquisa indicou que o Pix tem se consolidado como um dos principais métodos de pagamento online, mas ainda enfrenta desafios operacionais. Quase a totalidade das pessoas (95%) afirmaram já ter o usado o sistema instantâneo em transações digitais, com índice de satisfação de 78%, próximo ao do cartão (74%). Por outro lado, 62% dos brasileiros relataram problemas de fraude com o Pix, enquanto no cartão foram 36%. A satisfação em relação à possibilidade de reembolso ficou em 61%.

Também há dificuldades sobre pontos importantes no uso do Pix, como a necessidade de sair do ambiente da loja para concluir o pagamento no aplicativo do banco. Para 87% dos entrevistados, a possibilidade de fechar a transferência em poucos segundos seria atraente, e 70% se disseram abertos a vincular dados bancários ao estabelecimento para tornar o processo mais ágil. O levantamento também sugere que o e-commerce está bem integrado à rotina da sociedade brasileira. A parcela de participantes que realizam compras online pelo menos uma vez por semana é de 34%, índice que sobe para 45% entre os mais jovens. Outros 52% compram quinzenalmente ou mensalmente. A maior parte das transações acontece à tarde (38%) e à noite (37%).

Em relação à experiência de checkout, 58% dos consumidores que abandonaram uma compra o fizeram no momento do pagamento.

Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

CONCORRÊNCIA PÚBLICA
PRESENCIAL 003/2026 - PROCESSO 019/2026

Objeto: Contratação de empresa no ramo da construção civil para construção/edificação de obra de Pavimentação com pedras irregulares de basalto, assentados sobre leito de terra vermelha, com colocação de meio-fio de concreto, em (I) Estradas Vicinais da Linha Isabel Sul e Vila Santa Catarina, totalizando 2.970,00 m², para atendimento do Termo de Convênio FPE nº 4772/2025 – PROA nº 25/1300-0004153-4 e em (II) Estrada Vicinal da Vila Caraguatá (linha do rio), totalizando 3.138,00 m², para atendimento do Termo de Convênio FPE nº 2595/2024 – PROA nº 24/1300-0001664-0, objetivando manutenção e melhoria da infraestrutura no meio rural – pavimentação c/ pedras irregulares (menor preço global por lote). Abertura: 13/03/2026 às 9h, na Prefeitura, Av. Independência, 1.131. Regime de execução: Indireto por empreitada global. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: <*www.salvadordasmissoes.rs.gov.br*>, a partir de sua publicação, dia 02/03/2026. Informações no Setor de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou <*compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br*>.

Salvador das Missões (RS), 27 de fevereiro de 2026.
VILSON JOSÉ SCHONS, Prefeito

Prefeitura Municipal de Jaquirana

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

Contratação de empresa especializada p/ execução da obra de Reforma da UBS Sede, compreendendo serviços de demolições, adequações estruturais, reformas arquitetônicas, revestimentos, esquadrias, cobertura, pintura, serviços complementares e limpeza final. Propostas: 02/03/2026 às 8h até 16/03/2026 às 8:50h. Abertura: 16/03/2026, às 9h. Edital/informações: Setor de Licitações, Rua Inácio Rodrigues, 451, (54) 3196-3105 / 99705-2516, das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h ou licitacao@jaquiranaonline.com.br.

Jaquirana/RS, 26 de fevereiro de 2026.
Maria Isabel Rauber Turella, Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026

O Prefeito Municipal de PROTÁSIO ALVES - RS comunica a todos os interessados que no dia 13 de março de 2026, às 13:30h estará recebendo as propostas para realização de **oficinas pedagógicas** nas seguintes áreas: **DANÇA E CULTURA GAÚCHA, MATEMÁTICA LÚDICA E FINANCEIRA, SUSTENTABILIDADE E USO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS**. Informações durante o horário de expediente pelo fone (54) 3276-1225 (54) 99923-1845 e cópia do edital no site http://www.protasioalves.rs.gov.br/ ; https://pncp.gov.br/app/editais; https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

Protásio Alves, 26 de fevereiro de 2026
ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI, PREFEITO

MUNICÍPIO DE PARECI NOVO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO

Objeto: Seleção pública de Empresas, Associações ou Entidades com natureza jurídica, interessados na exploração de espaço público (estandes) para comercialização de produtos durante o 34º Aniversário do Município, Feira do Livro e o Encontro de Tratores a ser realizada junto a Rua Coberta do Município, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 13 de março 2026, às 10h. Edital disponível no endereço eletrônico https://www.parecinovo.rs.gov.br. Informações telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail: licitacao@parecinovo.rs.gov.br.

Loreni Cristina Reinheimer, Prefeita Municipal.

Prefeitura Municipal de Mormaço

RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de Mormaço/RS torna pública a retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, referente ao Processo Administrativo nº 016/2026, cujo objeto é a aquisição de material britado, em razão de erro material no somatório do valor estimado da contratação. Onde se lê: R$ 865.460,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais). Leia-se: R$ 654.915,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quinze reais). Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.

Mormaço/RS, 27 de fevereiro de 2026.
Alexandre Antônio Vieira, Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMAQUÃ

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital na forma estatutária, a Presidente, convoca todos os trabalhadores integrantes das categorias profissionais do comércio que laboram nas cidades de Camaquã, Cristal, associados ou não, sindicalizados ou não, representados por essa entidade, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA à realizar-se no próximo dia 06 de Março de 2026, às 18:30** (dezoito horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 19:30 (dezenove horas e tinta minutos) em segunda convocação, na sede do **Sindicato dos Empregados no Comércio de Camaquã,** na rua João Brandão, 88 Bairro São José, Cidade Camaquã-RS. CEP 96785244, para tratar sobre a seguinte, ORDEM DO DIA**: 01**) Deliberar sobre a conveniência ou não do Sindicato iniciar negociações coletivas com as categorias econômicas, para revisão das condições estabelecidas, nas Convenções Coletivas de Trabalho e ou, nas revisões de Dissidio Coletivo: **02)** Em caso positivo, discussão e fixação das cláusulas a serem pleiteadas; **03)** Autorizar ou não o Sindicato a celebrar Convenção Coletiva de Trabalho ou eleger árbitros para o fim de mediar as negociações com as categorias econômicas; **04)** Autorizar ou não o Sindicato para, em caso de frustradas as negociações, ajuizar Ação de Dissidio ou Revisão de Dissidio Coletivo. **05)** Fixar o valor ou percentual e autorizar o desconto em folha, a favor do Sindicato Profissional, a titulo de Contribuição Negocial, para manutenção da entidade; **06)** Autorização para o Sindicato atuar como substituto processual dos integrantes da categoria, coletiva ou individualmente nos termos dos dispositivos constitucionais, **07)** Outorgar ou não poderes ao Presidente do Sindicato, ou a quem este delegar poderes de decisão, para acordar e discordar das propostas das categorias econômicas e inclusive ajuizar Ação de Dissidio ou Revisão de Dissidio Coletivo. **08)** Autorização para o Sindicato negociar com a categoria econômica, ou ainda por empresa a PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) nos termos da Lei 10.101/2000, bem como a instituição de taxa negocial sobre o valor distribuído. **09)** Conveniência ou não para alteração da data base. **10)** Discussão e deliberação ou não da proibição do trabalho aos domingos e feriados:

Camaquã, 25 de fevereiro de 2026
SANDRA MAURA SAMPAIO RIBEIRO PRESIDENTE

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DE PORTO ALEGRE LTDA. UNICRED PORTO ALEGRE
CNPJ 94.433.109/0001-66 NIRE 43400006541
Avenida Venâncio Aires, 988, Santana, Porto Alegre/RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Realização de forma DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DE PORTO ALEGRE LTDA – UNICRED PORTO ALEGRE**, no uso das atribuições que lhe confere Estatuto Social da Cooperativa, observado o disposto no art. 43-A da Lei nº 5.764, de 1971, bem como da regulamentação que lhe confere a Instrução Normativa nº 81, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia, convoca os senhores associados, que nesta data somam 37.586 (trinta e sete mil, quinhetos e oitenta e seis), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,** a ser realizada no dia **16 de abril de 2026 (quinta-feira)**, de forma **DIGITAL**, **mediante acesso através do Internet Banking e Mobile Banking da Unicred**, conforme indicativos abaixo: **HORÁRIO:** em primeira convocação, às **7h (sete horas)**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às **8h (oito horas)**, com a presença de metade mais um dos cooperados em dia com suas obrigações sociais; e, em terceira e última convocação, às **9h (nove horas),** com a presença mínima de 10 (dez) associados aptos a votarem.

Obs. Abertos os trabalhos, conforme apuração de quórum, será dado início ao processo eleitoral com a suspensão da AGO para proporcionar a participação dos cooperados durante o dia, sendo os trabalhos retomados às **20h (vinte horas)** para prosseguimento da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. Abertura e desenvolvimento do processo eleitoral para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Cooperativa;
2. Julgamento de eventuais recursos dos associados eliminados do quadro social;
3. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2025, compreendendo:
   a. Relatório da gestão;
   b. Demonstrações contábeis;
   c. Demonstração do resultado do exercício social;
   d. Parecer da Auditoria Independente.
4. Destinação das sobras apuradas no exercício de 2025;
5. Rerratificação do regulamento do Fundo de Expansão, criado na AGO de 27/04/2023;
6. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, dos honorários do Presidente e dos Vice-Presidentes;
7. Homologação da utilização das taxas utilizadas nos contratos celebrados entre a Cooperativa e os cooperados, incluindo o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), nas operações ativas e passivas da Cooperativa;
8. Eleição para o Conselho de Administração, cujo mandato se estenderá até a posse dos membros que vierem a ser eleitos na AGO de 2030;
9. Eleição para o Conselho Fiscal, cujo mandato se estenderá até a AGO de 2029; e
10. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Informações adicionais:

a) A participação e votação na Assembleia se dará exclusivamente por meio digital. Para ter acesso ao ambiente virtual, o cooperado deverá acessar seu internet banking ou aplicativo mobile Unicred, identificando-se a partir dos dados cadastrais e senha eletrônica. Após login, no caso do Mobile, o cooperado deverá selecionar o ícone "Assembleia". Já no Internet Banking, que deverá ser acessado pelo site https://www.unicred.com.br/poa, necessitando da instalação do módulo de segurança, o cooperado deverá selecionar o ícone "Assembleia Digital".

b) Maiores detalhes quanto à forma de participação e votação, estarão disponíveis para visualização e download, no site https://www.unicred.com.br/poa, ícone de "Assembleia Digital", a partir do dia 07/04/2026 (sete de abril de dois mil e vinte e seis).

c) Os documentos relativos à Assembleia Geral, incluindo os relativos ao processo eleitoral, ficarão disponíveis no mesmo ambiente virtual, podendo ser acessados inclusive durante toda a reunião. A assembleia será gravada e a checagem de presença será atestada em tempo real, ou por meio eletrônico disponibilizado pela Cooperativa, com expressa transcrição na ata.

d) O ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da internet de computador, smartphone ou tablet (IOS e Android). A Cooperativa disponibilizará suporte em tempo real para auxiliar os cooperados durante a reunião, por telefone e WhatsApp nº 0800 200 7302.

e) A Unicred não se responsabiliza por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos cooperados, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

f) O cooperado Pessoa Jurídica, que tiver mais de um representante legal, será representado na Assembleia pelo primeiro representante que acessar o ambiente da Assembleia Digital e registrar sua presença. Caso o representante legal apto a votar também seja cooperado Pessoa Física, o procedimento de acesso será o mesmo acima informado, não sendo necessário realizar login através da conta de Pessoa Jurídica. O voto do cooperado Pessoa Física que também for representante de Pessoa(s) Jurídica(s) terá peso proporcional às matrículas pelas quais o cooperado for responsável nos itens de votação.

g) Associados menores de 16 anos não possuem direito a voto.

h) Para todos os efeitos e fins legais, considerar-se-á a Assembleia realizada na sede da cooperativa.

Porto Alegre/RS, 27 de fevereiro de 2026.

Dr. Balduino Tschiedel
Presidente do Conselho de Administração

Prefeitura Municipal de Nova Pádua

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Registro de preços p/ eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem de pneus destinados à manutenção da frota de máquinas pesadas, tratores e caminhões do Município. Propostas: Das 16h de 27/02/2026 até às 9h de 16/03/2026. Abertura: 16/03/2026 às 9h. Disputa de preços: 16/03/2026 às 10h, no www.pregaobanrisul.com.br. Edital: www.novapadua.rs.gov.br, www.pregaobanrisul.com.br , www.pncp.gov.br.

Nova Pádua, 27/02/2026. Itamar Bernardi, Prefeito.

Prefeitura Municipal de Esmeralda

PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

Objeto: Registro de Preço p/ futura aquisição de insumos alimentícios para as escolas municipais (menor preço por item). Abertura: 26/03/2026 às 9h, no https://www.portaldecompraspublicas.com.br, acesso identificado. Edital: compras.licitacao@esmeraldars.net, www.esmeralda.rs.gov.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ailton de Sá Rosa, Prefeito.

ADCOINTER ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS S.A.
CNPJ: 02.693.502/0001-70 - NIRE: 43.3.0003697-9

EDITAL DE CONVOCAÇAO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os representantes legais dos Municípios de Antônio Prado, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Protásio Alves e São Marcos, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no **dia 06 de março de 2026, às 16h00min, no Restaurante Mezanino no Centro de Eventos, junto aos Pavilhões da Festa da Uva, na rua, Ludovico Cavinato nº 1431, Bairro Nossa Senhora da Saúde, Caxias do Sul-RS,** a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e respectivos pareceres do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho Administrativo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício em 31 de dezembro de 2025; c) Fixação da Remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria; d) Melhorias na Infraestrutura da Adcointer S.A. e) Assuntos Gerais. Caxias do Sul, 12 de fevereiro de 2026. Adiló Angelo Didomenico - Presidente do Conselho de Administração da ADCOINTER S.A. - Prefeito do Município de Caxias do Sul-RS.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS
EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS, representado por seu Presidente, ALESSANDRO DE AZAMBUJA GAMBOA, TORNA PÚBLICO que realizará LEILÃO ON-LINE de bens móveis e imóveis, no dia 02/04/2026, às 10h, por meio do site www.cargneluttileiloes.com.br. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (51) 99173-7659, das 9h às 17h, pelo site www.crefrs.org.br ou com a Leiloeira Camila Lais Cargnelutti, pelo telefone (55) 3332-8613 e pelo site www.cargneluttileiloes.com.br.

Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2026.
Alessandro de Azambuja Gamboa
Presidente do CREF2/RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

AVISO DE EDITAIS: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção de duas salas de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental Osório Rocha Chaves. Abertura dia **18/03/2026, às** 08:30h, Sessão eletrônica no site: https://bll.org.br/.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026. Objeto: Contratação de empresa para execução de Rede de iluminação pública em LED no caminhódromo de acesso à Vila Jorge - emenda parlamentar do Deputado Federal Paulo Pimenta – nº 09032022-017285. Abertura dia **18/03/2026**, **às 11:00h, Sessão eletrônica no site:** https://bll.org.br/.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais localizada no Assentamento Conquista da Luta no município de Itacurubi/RS, abrangendo a prestação de serviços de máquinas e transportes, com operadores, motoristas, combustível e manutenção sob responsabilidade da contratada, conforme Convênio nº 973622/2024. Abertura dia **19/03/2026**, **às 08:30h, Sessão eletrônica no site:** https://bll.org.br/.
Editais e anexos no site: www.itacurubi.rs.gov.br

Gelso dos Santos Soares, Prefeito Municipal.

AFOCEFE SINDICATO ANALISTAS TRIBUTÁRIOS RS

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL

O Afocefe Sindicato convoca os Analistas Tributários da Receita Estadual para Assembleia Geral, a ser realizada no dia 2 de março (segunda-feira), a partir das 9h, na sede administrativa da entidade (Rua dos Andradas, 1234, 21º andar, Centro, Porto Alegre).

Pauta:

- REFORMA TRIBUTÁRIA

A participação da atividade se dará pela liberação do comparecimento às respectivas repartições da Secretaria da Fazenda nos termos do art. 64, inciso XVI, da Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994.

Guilherme de Castro Campos
Presidente do Afocefe Sindicato

Sindicato das Escolas de Idiomas do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIOMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÕES SINDICAIS

O Presidente do Sindicato das **Escolas de Idiomas do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIOMAS,** no uso de suas atribuições estatutárias e regulamentares, convoca todos os associados em pleno gozo de seus direitos sindicais para participarem da **Assembleia Geral Ordinária destinada à eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes,** para o mandato referente ao período de 01/04/2026 a 31/03/2028, a realizar-se na forma especificada: **1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA VOTAÇÃO (1ª VOTAÇÃO) -** A eleição realizar-se-á no dia 27 de março de 2026, no horário das 11 horas às 12 horas, tendo como local de votação a sede da entidade, situada à Rua Botafogo 713, na cidade de Porto Alegre/RS. **2. PRAZO PARA REGISTRO DE CHAPAS -** O prazo para registro de chapas será de 10 dias, contados da publicação deste edital, encerrando-se no dia 06 de março de 2026. O registro deverá ser protocolado na secretaria da entidade, no endereço da sede acima indicado, no horário das 09 às 13 horas, de segunda a sexta- feira. A Secretaria do Sindicato funcionará, durante o prazo de registro de chapas, no horário acima indicado, para prestar informações e receber a documentação pertinente. **3. SEGUNDA E TERCEIRA VOTAÇÕES (CASO NÃO HAJA QUÓRUM) -** Caso não seja atingido o quórum estatutário na primeira votação, ficam desde já convocadas: Segunda votação: Dia 30 de março de 2026, no mesmo local e horário da primeira votação; Terceira votação: Dia 31 de março de 2026, no mesmo local e horário da primeira votação. Persistindo empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no dia 1º de abril de 2026, no mesmo local e horário acima estabelecidos. **4. HIPÓTESE DE CHAPA ÚNICA -** Em se tratando de registro de chapa única, poderá ser realizada Assembleia Geral, em última convocação, duas horas após o horário previsto para a primeira convocação, conforme dispõe o §5º do artigo 31 do Regulamento Eleitoral da entidade. Somente poderão votar e ser votados os associados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias e que atendam aos requisitos previstos no Estatuto Social e no Regulamento Eleitoral da entidade. O presente edital será afixado na sede da entidade e divulgado na forma estatutariamente prevista.

Porto Alegre, 27 de Fevereiro de 2026.
Eduardo de Barros Alves - Presidente Sindiomas RS

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº010/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2026

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de serviços de logística na área da saúde e acolhimento de pacientes aos munícipes de Alto Alegre/RS prestação de serviços de assessoria técnica de sistema e integração dos serviços, realização de campanhas sazonais e fornecimento de palestras a secretaria municipal de saúde. Tipo de licitação: Menor Valor Por Item. Data e horário da sessão: 16.03.2026 às 08:30 horas. Íntegra do edital www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 27/02/2026.SILMAR DEMAMAN-Prefeito Municipal.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº011/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026

Objeto: SRP- Pregão Eletrônico para Futuras e Parceladas, Aquisições EPIs, jalecos, uniformes para funcionários e insumos para camas hospitalares e macas da Secretaria Municipal de Saúde. Tipo de licitação: Menor Valor Por Item. Data e horário da sessão: 17.03.2026 às 08:30 horas. Íntegra do edital www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 27/02/2026.SILMAR DEMAMAN-Prefeito Municipal.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de publicação a ser veiculada em jornal impresso com circulação local. Tipo de licitação: Menor valor por item. Data e horário da sessão: 19/03/2026 às 08:30h. Íntegra do edital no site www.altoalegre.rs.gov.br e/ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Alto Alegre/RS, 27/02/2026. SILMAR DEMAMAN - Prefeito Municipal.

Edital Nº 013/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, LEI Nº 11.947/2009, LEI Nº 14.660/2023, RESOLUÇÃO Nº06/2020 DO FNDE, RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (PNAE). O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RS, comunica aos interessados que está procedendo à *Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o Ano Letivo de 2026.* Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda no período de 20 (vinte) dias corridos, ocorrendo a sessão às 09 horas do dia 30 de março de 2026, junto ao Centro Administrativo. Alto Alegre/RS, 27 de Fevereiro de 2026.SILMAR DEMAMAN-Prefeito Municipal.

FAMÍLIA PREV

FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA

PROCESSO SELETIVO PARA OS CARGOS DE DIRETOR-PRESIDENTE, DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

A Fundação Família Previdência está promovendo processo de recrutamento e seleção para o preenchimento das posições de: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência da Entidade, obedecendo aos seguintes parâmetros, critérios e características, em conformidade com a Resolução nº 35/2019 do Conselho Nacional de Previdência Complementar e com o disposto no Estatuto da Fundação Família Previdência. **1.** DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - A Fundação Família Previdência, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, exige condições para atuação integralmente presencial no desempenho dos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência, em regime de dedicação integral e exclusiva. Não haverá, por parte da Entidade, qualquer compromisso com despesas relacionadas à viagem e hospedagem para atuação na cidade sede. 1.1. Poderão fazer parte destes processos de recrutamento e seleção todos aqueles que atenderem aos requisitos registrados neste Edital, sem qualquer restrição relativa a fatores diferentes daqueles aqui estabelecidos. 1.2. Após homologação deste processo seletivo pelo Conselho Deliberativo, para o cargo de Diretor de Previdência, o(s) candidato(s), devera(ão) passar pelo Processo Eleitoral, conforme Edital a ser publicado pela Entidade. 1.3. Este Edital está estruturado conforme a descrição a seguir: a. Item 2: Condução dos processos b. Item 3: Considerações gerais; c. Item 4: Inscrições, datas e etapas seguintes; d. Item 5: Remuneração; e. Item 6: Mandatos; f. Item 7: Requisitos; g. Item 8: Fatores classificatórios; h. Item 9: Situações de impedimento; i. Item 10: Situações de desclassificação de candidatos; j. Item 11: Atribuições comuns aos membros da Diretoria Executiva; k. Item 12: Atribuições e requisitos específicos do Diretor-Presidente; l. Item 13: Atribuições e requisitos específicos para Diretor Financeiro – AETQ; m. Item 14: Atribuições e requisitos específicos para Diretor de Previdência - ARPB; e n. Item 15: Disposições Finais. **2.** CONDUÇÃO DO PROCESSO - 2.1. Este processo de recrutamento e seleção será conduzido pela EXEC Consultoria em Recursos Humanos Ltda, que avaliará o nível de atendimento dos candidatos inscritos aos requisitos de cada cargo, considerando: a. As informações prestadas pelos candidatos; b. A documentação apresentada visando a comprovação dessas informações; c. O desempenho observado nas entrevistas e análises comportamentais que serão realizadas a fim de se verificar o nível de desenvolvimento nas competências profissionais demandadas para cada cargo. 2.2. Quaisquer dúvidas relacionadas ao processo de recrutamento e seleção deverão ser encaminhadas, impreterivelmente, para o endereço de e-mail dúvidas.ffp@exec.com.br. **3.** CONSIDERAÇÕES GERAIS 1.1. Conforme os §§ 1º e 2º do artigo 48 do Estatuto Social da Entidade, será adotada, consoante o Anexo I deste Edital, a pontuação mínima de 12 pontos na etapa classificatória. Serão considerados classificados os 5 (cinco) candidatos que obtiverem as maiores pontuações no processo de seleção. Dentre esses, os 3 (três) candidatos com melhor avaliação em todas as etapas de seleção conduzidas pela EXEC terão seus nomes encaminhados ao Conselho Deliberativo da Entidade, que, observado o § 3º do artigo supracitado, poderá, a seu critério, instituir a realização de etapas qualitativas no certame, as quais restam indicadas e definidas no presente Edital 1.2. As etapas qualitativas, destinadas ao aprimoramento da compreensão global e avaliação de aderência dos candidatos que obtiverem maior pontuação na etapa classificatória do processo seletivo, poderão ser realizadas a critério do Conselho Deliberativo, conforme descrito no item 3.1 deste Edital. Tais etapas poderão incluir, mas não se limitam a: entrevista coletiva com os membros do Conselho Deliberativo; apresentação de estudo de caso prático ao Conselho; e/ou realização de entrevista por competências conduzida pelo mesmo órgão. Fica reservado ao Conselho Deliberativo, observados os termos deste Edital e o Estatuto Social da Entidade, o direito de estabelecer outras etapas que considerar pertinentes, em conformidade com as necessidades e especificidades do processo seletivo. 1.3. O Conselho Deliberativo, no exercício de suas competências estatutárias e em conformidade com as disposições deste Edital, poderá, fundamentalmente, concluir que os candidatos inicialmente selecionados não atendem, de maneira plena, aos critérios de adequação, bem como aos requisitos técnicos exigidos e/ou comportamentais esperados para o cargo. Nessa hipótese, o Conselho poderá deliberar pela não aprovação de nenhum dos candidatos indicados nesta etapa, sendo esta decisão irrecorrível, e determinar a abertura de um novo processo seletivo, em conformidade com as normas estabelecidas no Estatuto. 1.4. A empresa de consultoria, contratada para conduzir o processo seletivo regido por este Edital, é responsável por assegurar o sigilo em relação aos candidatos inscritos que não forem aprovados para as etapas subsequentes do processo seletivo. A devolutiva aos candidatos não aprovados é realizada exclusivamente pela consultoria, de forma estruturada, com base em cada uma das etapas da avaliação, observando-se os princípios de confidencialidade, proteção de dados pessoais dos candidatos e respeito às informações fornecidas. 1.5. Serão repassadas ao Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência somente as informações relativas aos candidatos considerados aptos para participar da etapa Seleção. 1.6. Após o período de inscrição, a empresa contratada para a condução do processo realizará a análise das informações prestadas no preenchimento do cadastro (etapa de triagem) e indicará os candidatos considerados aptos a participar da etapa seguinte (seleção), que contará com a aplicação de inventários comportamentais e entrevistas individuais. 1.7. Para cada cargo pretendido, os candidatos considerados aptos a participar da etapa seguinte (seleção) deverão apresentar documentação comprobatória que confirme as informações prestadas no formulário de inscrição. **4.** INSCRIÇÕES: DATAS E ETAPAS SEGUINTES 4.1. Previamente à sua inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento de todas as informações registradas neste Edital, bem como acessar os documentos aqui referenciados, especialmente o Estatuto e o Código de Ética da Fundação Família Previdência, disponíveis no site https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/index.php/normativos/ 4.2. A inscrição para o processo será efetivada por intermédio de registro em cadastro acessado pelo link: "Formulário de Inscrição", obedecidos os prazos estabelecidos no item 4.5. 4.3. Esse cadastro é restrito a estes processos seletivos. Ao final, todos os nomes serão excluídos, não restando mais nenhum dado específico a respeito daqueles que participaram do referido processo. 4.4. Os dados registrados estão sujeitos à confidencialidade e somente serão utilizados para efeito deste processo de seleção, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). 4.5. O período de inscrição para os três processos será entre 02/03/2026 e 13/03/2026. 4.6. O processo de triagem ocorrerá no período de 16/03/2026 a 17/03/2026. 4.7. O prazo para recurso de impugnação de inscrição dos candidatos será entre os dias 18/03/2026 a 19/03/2026 4.8. Tão logo o candidato tenha realizado sua inscrição, receberá, no endereço de e-mail cadastrado, confirmação de sua inscrição no processo. Caso isso não aconteça, o candidato deve verificar o endereço informado e, se for o caso, enviar mensagem a esse respeito para contato.ffp@exec.com.br observado o período de inscrições estabelecido. 4.9. Na sequência, os candidatos considerados aptos passarão pelas seguintes etapas de seleção, entre 26/03/2026 e 08/04/2026 a. Análise curricular e dos documentos exigidos; e b. Entrevista individual, por competência e aplicações de inventários comportamentais. 4.10. Aqueles que forem selecionados para as posições de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência terão seus nomes indicados para entrevista com o Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, que poderá realizá-la a seu critério. 4.11. A Divulgação do resultado preliminar da Seleção será em 09/04/2026. 4.12. Prazo para recurso de impugnação do resultado do processo Seletivo será entre 09/04/2026 e 13/04/2026. 4.13. Divulgação do resultado de recurso de impugnação dos candidatos do Processo Seletivo será em 20/04/2026. 4.14. Análise e deliberação do processo Seletivo pelo Conselho Deliberativo será em 23/04/2026. 4.15. Divulgação do Resultados do processo Seletivo e publicação do Edital de Homologação será em 24/04/2026. 4.16. O Conselho Deliberativo homologará o resultado final do processo seletivo aos cargos de Diretor-Presidente e Diretor Financeiro da Fundação Família Previdência. 4.17. Concluída a etapa de entrevista, quando houver, apenas os candidatos selecionados ao cargo de Diretor de Previdência participarão do processo eleitoral, o qual será realizado pelos participantes e assistidos da Fundação Família Previdência. **5.** REGIME CONTRATUAL E DE REMUNERAÇÃO 5.1. Os integrantes da Diretoria Executiva serão contratados sob o regime estatutário, sem vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conforme dispõe a Política de Remuneração e Benefícios aos Cargos Diretivos da Fundação Família Previdência, e receberão os honorários mensais descritos abaixo para o desempenho dos respectivos cargos: Diretor-Presidente: R$ 31.570,74 Diretor Financeiro: R$ 28.413,67 Diretor de Previdência: R$ 28.413.67 5.2. Para as remunerações citadas no subitem 5.2 poderão ser acrescentados, conforme definido pelo Conselho Deliberativo e Política de Remuneração e Benefícios da Diretoria Executiva dessa entidade, os seguintes benefícios, a) Vale-refeição ou vale-alimentação; b) Auxílio-teletrabalho, quando aplicável; c) Plano de saúde e odontológico; d) Participação no Plano de Previdência; e) Abono natalino; f) Descanso remunerado proporcional, acrescido de 1/3; g) Reembolso de despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem, nos termos da política interna de viagens da Fundação; h) Outros benefícios autorizados pelo Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e mediante justificativa formal. **6.** MANDATOS 6.1. Cada mandato será de 4 (quatro) anos, sendo que o término dos mesmos dar-se-á no último dia do mês de junho e o início dos próximos mandatos dar-se-á no primeiro dia do mês de julho, conforme definido pelo Estatuto. 6.2. O início dos mandatos dos candidatos aprovados para os cargos objeto deste processo seletivo está condicionado à conclusão de todas as etapas previstas no presente processo seletivo e à obtenção do Atestado de Habilitação de Dirigente, emitido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. 6.3. Em todos os casos, observada a condição estabelecida no item 6.1, o início dos mandatos deverá ocorrer em 1º de julho de 2026. 6.4. Será permitida a recondução no cargo, mediante participação em novo processo seletivo e eleitoral, este último, de forma exclusiva para o cargo de Diretor de Previdência; **7.** REQUISITOS 7.1. Para concorrer aos postos de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência, o candidato deverá possuir: a. Nível superior completo; b. Certificação Profissional no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, emitida por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), nos termos da Portaria PREVIC n° 1.044/2023, ou condições de obtê-la dentro do prazo normativo estabelecido pela Resolução CNPC nº 39, de 2021; c. Condições de ser habilitado pela PREVIC para exercer a função de Diretor de acordo com estabelecido na Resolução PREVIC nº 23/2023; d. Comprovada experiência, de no mínimo 3 (três) anos, ocorrida nos últimos 15 (quinze) anos, em uma das seguintes áreas: Financeira, Administrativa, Contábil, Jurídica, de Fiscalização, de Previdência, de Auditoria ou Atuarial. e. Especificamente para o cargo de Diretor Financeiro (AETQ), nos termos da Resolução Previc nº 23/2023, o candidato deverá possuir certificado específico para profissionais de investimentos e experiência mínima de 3 (três) anos, ocorrida nos últimos 15 (quinze) anos, de exercício de atividades na área de investimentos. 7.2. O candidato deverá atender, ainda, às seguintes condições: a. Ser participante ou assistido no gozo dos seus direitos estatutários com, no mínimo, 5 (cinco) anos de vinculação a pelo menos um dos planos de benefícios administrados pela Fundação Família Previdência; b. Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; c. Não manter negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com a Fundação Família Previdência, exceto na condição de participante ou assistido; d. Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e. Possuir reputação ilibada, conforme os preceitos da legislação vigente; f. Ser residente no Brasil; g. Não possuir, como autor ou coautor, ação judicial em tramitação, movida contra a Fundação Família Previdência; e h. Formalizar o conhecimento do Código de Ética da Fundação Família Previdência, bem como aceitar ficar submetido ao mesmo (https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/index.php/normativos/). 7.2.1 Não havendo candidatos ao cargo de Diretor Financeiro que sejam participantes ou assistidos no gozo de seus direitos estatutários com, no mínimo, 5 (cinco) anos de vinculação aos planos de benefícios administrados pela Fundação Família Previdência, serão aceitas, neste mesmo processo seletivo, as candidaturas de participantes com qualquer tempo de vinculação, nos termos no artigo 29, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Fundação Família Previdência. 7.3. Os candidatos selecionados deverão, obrigatoriamente, se comprometer a apresentar e a formalizar, antes de sua posse no cargo, a seguinte documentação: a. Declaração de bens, em envelope lacrado, ao Conselho Fiscal da Fundação Família Previdência, nos termos da Resolução TCE-RS nº 16/2023, bem como em conformidade com o disposto no Artigo 6.1 da Política de Governança da Fundação Família Previdência. Esse documento também deverá ser entregue anualmente e ao final do mandato; b. Declaração sobre propriedade ou direção de empresas, especificando seu ramo de atuação e tipo de participação societária, em observância às normas de conduta previstas na seção de Conflito de Interesses do Código de Ética da Fundação Família Previdência. A identificação de potenciais ou eventuais conflitos de interesses poderá constituir impedimento para que o candidato prossiga no processo seletivo ou seja nomeado para o cargo, em conformidade com os princípios de ética e governança que regem a Entidade; e c. Formalizar os Termos e Declarações exigidos pela Fundação Família Previdência, em conformidade com suas Políticas, Estatuto Social, Regimento Interno e demais instrumentos normativos internos aplicáveis, incluindo, especialmente, o Termo de Conhecimento e Compromisso de Submissão ao Código de Ética e o Termo de Adesão à Política de Segurança da Informação. d. Ausência de vínculo empregatício ativo com qualquer organização, pública ou privada, nacional ou estrangeira, na data da posse, em razão do regime de dedicação integral e exclusiva exigido para o exercício dos cargos objeto deste Edital. O candidato selecionado que mantiver vínculo empregatício com qualquer organização deverá providenciar o seu encerramento formal, mediante pedido de demissão formalizado perante o respectivo empregador, antes da data fixada para a posse. O candidato selecionado deverá comprovar, até a data da posse, o encerramento formal do vínculo empregatício. A não comprovação implicará a impossibilidade de assunção do cargo. A participação no presente processo seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação desta condição. **8.** FATORES CLASSIFICATÓRIOS 8.1. Fica estabelecida a pontuação mínima de 12 (doze) pontos como requisito para a elegibilidade de cada candidato. 26/02/2026 8.2. A classificação dos finalistas será realizada com base na tabela de pontuação (anexa a esse Edital), previamente aprovada pelo Conselho Deliberativo. 8.3. São os seguintes os fatores classificatórios que serão levados em consideração no processo de recrutamento e seleção: a. Cursos de especialização, mestrado ou doutorado, em áreas relacionadas com as atividades desempenhadas na Entidade; b. Tempo de atuação em cargos de nível diretivo, notadamente nos últimos 15 (quinze) anos, especialmente aqueles vinculados à área de atuação da Diretoria pleiteada; c. Tempo de atuação em cargos de nível gerencial, notadamente nos últimos 15 (quinze) anos, especialmente aqueles vinculados à área de atuação da Diretoria pleiteada; d. Tempo de atuação em cargos de nível de governança (Conselheiro de Administração, Conselheiro Fiscal e Conselheiro Deliberativo), notadamente nos últimos 15 (quinze) anos, em organizações de médio e grande porte e em EFPCs em particular; e. Tempo de atuação em EFPCs em cargos de outros níveis que não o de governança, notadamente nos últimos 15 (quinze) anos, especialmente aqueles vinculados à área de atuação da Diretoria pleiteada; f. Outras certificações profissionais emitidas por organizações de reconhecida competência técnica, especialmente aquelas vinculadas à área de atuação da Diretoria pleiteada; e g. Nível de desenvolvimento em competências comportamentais necessárias para o alto desempenho no cargo ao qual está concorrendo. **9.** SITUAÇÕES DE IMPEDIMENTO 9.1. Fica vedada a participação nestes processos de recrutamento e seleção de candidatos que se enquadrem em pelo menos uma das situações abaixo: a. Membros e ex-Membros da Diretoria Executiva que tiverem suas contas de exercícios anteriores rejeitadas pelo Conselho Fiscal da Fundação Família Previdência; b. Profissionais que estejam realizando ou tenham realizado, nos últimos cinco anos, atividades de auditoria ou fiscalização na Entidade, independentemente do patrocinador ou instituidor ao qual estejam vinculados; c. Aqueles que se encontrem inabilitados, em qualquer circunstância, de forma definitiva, pela Previc ou outro Regulador, a assumir funções ou atividades no setor; d. Aqueles que tenham sido demitidos por justa causa ou que tenham sido julgados como responsáveis por danos ou irregularidades praticadas no âmbito da sua empregadora, com ou sem processo disciplinar, dependo das exigências regulamentares da referida organização; e e. Diretores ou Conselheiros dos Patrocinadores de Origem, dos demais Patrocinadores ou dos Instituidores. **10.** SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS 10.1. Ausência de comprovação ilibada, nos termos da Resolução PREVIC n° 23/2023, em seu Art. 25°; 10.2. Considera-se configurada a ausência de reputação ilibada a existência de condenação judicial proferida por órgão colegiado em ações de natureza criminal, de responsabilidade civil ou de improbidade administrativa, desde que a condenação guarde relação com as atividades do cargo pretendido; 10.3. A reputação ilibada deverá ser comprovada por meio de declaração assinada pelo candidato, acompanhada de documentação que ateste a inexistência de condenações, sem prejuízo da consulta às bases de dados disponíveis e análise documental adicional por órgãos públicos e pela PREVIC; 10.4. O Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, conforme descrito no item 3.3 deste Edital, se reserva o direito de desclassificar candidatos pré-selecionados na fase de recrutamento ou na fase de seleção, em virtude de critérios próprios que envolvam, entre outras, questões reputacionais. **11.** ATRIBUIÇÕES COMUNS AOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA 11.1. Compete à Diretoria Executiva, composta pelos atuais Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência, entre outras, as seguintes atribuições, registradas nos normativos da Fundação Família Previdência disponíveis no site da Entidade (https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/12/estatuto_quadro_comparativo_dezembro_2021.pdf https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/index.php/normativos/) a. Propor ao Conselho Deliberativo, entre outras, as seguintes ações: i. Aprovação dos planos de benefícios previdenciários e os respectivos planos de custeio, conforme legislação vigente, as hipóteses atuariais e as políticas; ii. Criação, transformação ou extinção de órgãos da Fundação Família Previdência; iii. Aceitação de doações, com ou sem ônus; iv. Estrutura da organização e normas gerais de administração, assim como o plano de cargos, carreiras e salários dos empregados da Fundação Família Previdência; v. Admissão e retirada de patrocinadores ou de instituidores; vi. Exame do orçamento anual e suas revisões e alterações; e vii. Abertura de filiais ou postos de atendimento. b. Aprovar a celebração de contratos cujo valor não exceda a 1% (um por cento) da soma dos patrimônios dos planos de benefícios administrados pela Fundação Família Previdência, observadas condições específicas; c. Autorizar a aplicação de disponibilidades eventuais, até o limite de 3% (três por cento) dos recursos garantidores, respeitadas condições regulamentares estabelecidas; d. Autorizar alterações orçamentárias, de acordo com diretriz fixada; e. Aprovar a designação dos titulares dos órgãos técnicos e administrativos da Fundação Família Previdência; f. Orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas, financeiras e administrativas, baixando os atos necessários; g. Aprovar as demonstrações contábeis e atuariais, encaminhando-as para análise e aprovação do Conselho Fiscal e, posteriormente, para deliberação do Conselho Deliberativo; h. Encaminhar as atribuições e competências das Diretorias não previstas no Estatuto; i. Aprovar os quadros de lotação quantitativa e qualitativa de pessoal da Fundação Familia Previdência; e j. Resolver os casos omissos referentes às atribuições dos diretores. **12.** ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS ESPECÍFICOS DE CADA DIRETORIA 12.1. DIRETOR-PRESIDENTE 12.1.1 O Diretor-Presidente tem as seguintes atribuições específicas, observados os normativos da Fundação Família Previdência disponíveis no site da Entidade: a. Representar a Fundação Família Previdência, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores, prepostos e delegados, mediante aprovação da Diretoria Executiva, com poderes especificados nos respectivos instrumentos; b. Representar a Fundação Família Previdência, mediante prévia aprovação da Diretoria Executiva, em convênios, contratos, acordos e demais documentos, bem como movimentar, conjuntamente com um dos Diretores, os recursos da Entidade, podendo tais faculdades ser outorgadas por mandato; c. Admitir, promover, transferir, licenciar, requisitar, punir e dispensar empregados, observadas as diretrizes do Conselho Deliberativo; d. Propor à Diretoria Executiva a designação dos titulares dos órgãos técnicos e administrativos da Fundação Família Previdência; e. Fiscalizar e supervisionar a administração da Entidade quanto à execução das atividades estatutárias e das deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva; f. Fornecer às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas sobre assuntos da Fundação Família Previdência; g. Fornecer ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os elementos necessários ao exercício regular de suas atribuições; h. Determinar, quando julgar conveniente, exames e verificações dos atos normativos ou programas de atividades dos órgãos administrativos ou técnicos da Entidade; i. Praticar outros atos de gestão não compreendidos na competência específica dos demais Diretores; j. Propor alterações no quadro de lotação e na matriz salarial do pessoal da Fundação Família Previdência; k. Acompanhar os planos de ação de todas as atividades da Entidade; l. Promover a organização das folhas de pagamento dos empregados; m. Promover a lavratura e a publicação dos atos oficiais e internos da Entidade; e n. Promover o desenvolvimento e a integração do sistema de informações da Fundação Família Previdência. 12.1.2 Estão subordinadas diretamente ao Diretor-Presidente as seguintes áreas organizacionais: Gerência de Controladoria, Gerência Jurídica, Gerência de Relações Corporativas e Gerência de Tecnologia da Informação. 12.1.3 Destacam-se como requisitos para ocupação do cargo de Diretor-Presidente as seguintes competências profissionais: a. Visão estratégica e sistêmica; b. Capacidade de prospectar oportunidades e ameaças e propor encaminhamentos à Diretoria Executiva; c. Capacidade de definir prioridades a partir do contexto, dos recursos disponíveis e dos objetivos institucionais; d. Liderança e coordenação de equipes multidisciplinares; e. Comprometimento com resultados e sustentabilidade da Entidade; f. Capacidade de negociação; g. Habilidade em relações institucionais; h. Capacidade de tomada de decisão; e i. Inovação e orientação para transformação digital. 12.2. DIRETOR FINANCEIRO 12.2.1 O Diretor Financeiro tem as seguintes atribuições específicas, observados os normativos da Fundação Família Previdência disponíveis no site da Entidade: a. Planejar, coordenar e executar as atividades financeiras, contábeis, orçamentárias e patrimoniais da Fundação Família Previdência; b. Propor à Diretoria Executiva a política de investimentos da Entidade; c. Propor à Diretoria Executiva o plano de custeio administrativo, o orçamento anual e suas revisões; d. Propor à Diretoria Executiva as demonstrações contábeis e a execução financeira; e. Aprovar os balanços, balancetes e demais demonstrativos contábeis; f. Recomendar normas de concessão de crédito, empréstimos e outras operações financeiras; g. Recomendar a aceitação de doações, a alienação de bens móveis e a constituição de ônus ou direitos reais; h. Autorizar a abertura de créditos adicionais, desde que haja recursos disponíveis e propostas fundamentadas; i. Promover a execução e o controle orçamentário; j. Zelar pelos valores patrimoniais da Fundação Família Previdência e dos planos de benefícios por ela administrados; k. Promover o funcionamento das carteiras de empréstimos e dos sistemas de investimentos, em conformidade com o plano de aplicações do patrimônio; l. Promover estudos econômicos e atuariais necessários à elaboração dos planos de custeio e de aplicação dos recursos; m. Divulgar informações e relatórios de natureza financeira e patrimonial de interesse da Entidade; n. Promover o bom funcionamento das atividades administrativas de apoio; e o. Praticar outros atos correlatos à gestão financeira e patrimonial, nos limites das normas internas. 12.2.2 Estão subordinadas diretamente ao Diretor Financeiro as áreas organizacionais responsáveis pelas atividades financeiras, contábeis, orçamentárias, patrimoniais e administrativas da Fundação Família Previdência. 12.2.3 Destacam-se como requisitos para ocupação do cargo de Diretor Financeiro as seguintes competências profissionais: a. Conhecimento técnico em finanças, contabilidade, investimentos e orçamento; b. Capacidade de análise econômico-financeira e patrimonial; c. Visão estratégica e sistêmica; d. Capacidade de planejamento e controle; e. Comprometimento com a sustentabilidade econômico-financeira da Entidade; f. Tomada de decisão baseada em análise de riscos; g. Ética e responsabilidade na gestão de recursos; h. Capacidade de articulação com órgãos de governança e controle; e i. Aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis. 12.3. DIRETOR DE PREVIDÊNCIA 12.3.1 O Diretor de Previdência tem as seguintes atribuições específicas, observados os normativos da Fundação Família Previdência disponíveis no site da Entidade: a. Planejar, coordenar e executar as atividades previdenciárias da Fundação Família Previdência; b. Propor à Diretoria Executiva normas e procedimentos relativos à inscrição de participantes e assistidos, bem como ao cálculo e à concessão de benefícios; c. Propor à Diretoria Executiva o cadastro de participantes e assistidos, as premissas atuariais, o custeio e a destinação dos resultados dos planos de benefícios; d. Propor ações de prospecção de patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos; e. Divulgar informações referentes aos regulamentos e às alterações dos planos de benefícios; f. Promover a organização, manutenção e atualização dos cadastros de participantes e assistidos; g. Promover o controle da autenticidade das condições de inscrição e concessão de benefícios; h. Promover a execução das folhas de pagamento de benefícios aos assistidos; i. Promover a manutenção dos planos de benefícios vigentes; j. Propor e acompanhar o desenvolvimento de novos planos de benefícios; e k. Praticar outros atos correlatos à gestão previdenciária, nos limites das normas internas. 12.3.2 Estão subordinadas diretamente ao Diretor de Previdência as áreas organizacionais responsáveis pelas atividades previdenciárias, cadastrais, atuariais e de benefícios da Fundação Família Previdência. 12.3.3 Destacam-se como requisitos para ocupação do cargo de Diretor de Previdência as seguintes competências profissionais: a. Conhecimento técnico em previdência complementar e legislação aplicável; b. Capacidade de interpretação e aplicação de regulamentos de planos de benefícios; c. Visão estratégica e sistêmica do negócio previdenciário; d. Capacidade de planejamento atuarial e previdenciário; e. Comprometimento com a segurança e sustentabilidade dos planos de benefícios; f. Capacidade de comunicação institucional; g. Ética e responsabilidade profissional; h. Capacidade de articulação com órgãos reguladores e de governança; i. Foco em conformidade, qualidade e melhoria contínua. 13 DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1. A participação do candidato no processo seletivo implicará no seu pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento. 13.2. O Conselho Deliberativo da Fundação Familia Previdência poderá cancelar a seu critério o presente processo seletivo, em qualquer momento. 13.3. O Conselho Deliberativo da Fundação Familia Previdência reserva-se o direito de realizar alterações neste Edital, no que tange às etapas classificatórias, podendo promover inversões, inclusões ou exclusões de etapas, datas, bem como realizar mais de uma etapa no mesmo dia, desde que sejam mantidos os princípios de concorrência e igualdade no procedimento. 13.4. Casos omissos serão avaliados e deliberados pelo Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência.

BRB estuda vender fatias de diferentes subsidiárias

O Banco de Brasília (BRB) analisa a possibilidade de vender participações minoritárias em diferentes subsidiárias do conglomerado. O objetivo é levantar recursos para enfrentar os problemas financeiros surgidos após prejuízos em operações com o Banco Master.

A eventual venda de fatias dessas empresas é relatada por três pessoas com conhecimento do assunto. De acordo com uma delas, o banco concluiu de maneira preliminar haver potencial de negócios em ao menos três controladas: as divisões financeira, de cartões e de serviços.

Segundo outra pessoa, um representante do banco ouvido nesta quarta-feira, há propostas para mais de uma empresa do conglomerado -mas em especial para a Financeira BRB, que tem como produtos principais o crédito consignado e o financiamento de veículos.

A controlada tem 1,6 milhão de clientes (de acordo com o balanço do primeiro semestre de 2025, o mais recente disponível), o que representou um aumento de 316% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo o banco, o crescimento foi favorecido pela expansão do crédito consignado.

O tema foi levado a representantes do Banco Central em reuniões recentes. Na avaliação de um interlocutor a par das tratativas, a alternativa apresentada pelo BRB se mostra viável economicamente, mas dependerá do valor de oferta do mercado. Além disso, ele considera que essa solução sozinha não resolve o problema do banco do Distrito Federal.

De acordo com representantes do BRB, não está sendo considerada a venda integral das companhias. A ideia é colocar em prática a venda de uma participação minoritária, de até 49% de cada subsidiária negociada.

O entendimento interno é que essas são empresas saudáveis e que geram faturamento. Portanto, elas reuniriam condições de compor o conjunto de ações lançadas para melhorar a situação do BRB.

A subsidiária de cartões, BRB Card, administra e processa transações de pagamento e saques cartões pré ou pós-pagos, além de credenciar recebedores para aceitação dos instrumentos de pagamento. Um de seus produtos, o cartão Dux, é referência entre os cartões de crédito de alta renda, e se tornou nos últimos anos um dos produtos mais desejados no mercado premium brasileiro.

SEGURADORA

Sabemi

CNPJ nº 87.163.234/0001-38
NIRE 43300032990
Carta Patente SUSEP nº 021
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Stakeholders,

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V. Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2025.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis no endereço eletrônico a seguir: http://www.jornaldocomercio.com.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.
Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.
A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2025	2024
Circulante	127.733	106.872
Disponível (Nota 5)	4.239	2.820
Caixa e bancos	4.239	2.820
Equivalente de caixa (Nota 5)	8.561	6.482
Aplicações (Nota 6)	70.353	27.396
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	14.312	7.719
Prêmios a receber	14.162	7.711
Operações com seguradoras	121	8
Operações com resseguradoras	29	
Créditos das operações com previdência compl. (Nota 6.4.2)	2.961	4.309
Valores a receber	2.961	4.309
Ativos de resseguro e retrocessão	19	93
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	19.295	55.301
Títulos e créditos a receber	6.186	40.585
Créditos tributários e previdenciários	172	475
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	11.073	12.170
Outros créditos	1.864	2.071
Outros valores e bens	4	1
Outros valores	4	1
Despesas antecipadas (Nota 7)	2.609	2.612
Custos de aquisição diferidos (Nota 8)	5.380	139
Seguros	5.380	139
Ativo não circulante	40.662	43.433
Realizável a longo prazo	39.571	42.217
Títulos e créditos a receber	35.326	38.017
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.3)	10.845	15.595
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 11.1)	10.896	10.780
Depósitos judiciais (Nota 10)	7.025	7.152
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.3)	6.560	4.490
Outros valores e bens (Nota 9)	1.584	2.241
Despesas antecipadas (Nota 7)	1.373	1.959
Custos de aquisição diferidos (Nota 8)	1.288	
Seguros	1.288	
Investimentos	301	297
Participações societárias (Nota 12)	269	265
Outros investimentos (Nota 12)	32	32
Imobilizado (Nota 13)	751	901
Bens móveis	751	901
Intangível (Nota 14)	39	18
Outros intangíveis	39	18
Total do ativo	168.395	150.305

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	60.552	40.730
Contas a pagar	14.213	12.396
Obrigações a pagar (Nota 15)	8.370	8.581
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16)	2.056	1.523
Encargos trabalhistas	1.088	1.199
Impostos e contribuições (Nota 17)	2.301	646
Outras obrigações	398	447
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.980	935
Prêmios a restituir	24	12
Operações com resseguradoras	557	180
Corretores de seguros e resseguros	3.073	328
Outros passivos operacionais	326	415
Depósitos de terceiros (Nota 18)	4.878	998
Provisões técnicas - seguros (Nota 19)	29.916	17.059
Pessoas	29.916	17.059
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	6.957	8.798
Planos não bloqueados	6.957	8.798
Outros débitos	608	544
Passivos de arrendamento (Nota 20)	608	544
Passivo não circulante	38.591	44.852
Contas a pagar	308	1.475
Outras contas a pagar	308	1.475
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	719	140
Planos não bloqueados	719	140
Outros débitos	36.337	41.386
Provisões judiciais (Nota 22 (b)	36.337	41.386
Débitos diversos	1.227	1.851
Passivos de arrendamento (Nota 20)	1.227	1.851
Patrimônio líquido (Nota 23)	69.252	64.723
Capital social	55.000	55.000
Reservas de lucros	14.252	9.723
Total do passivo e do patrimônio líquido	168.395	150.305

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares reais

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024	55.000	8.983	736	-	64.719
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE 27/01/2025 (Nota 23.2)			(736)		(736)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.002	5.002
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		250		(250)	
Reserva retenção lucros	-		490	(490)	
Dividendos obrigatórios (Nota 23.2)	-	-	-	(4.262)	(4.262)
Em 31 de dezembro de 2024	55.000	9.233	490	-	64.723
Lucro líquido do exercício				7.979	7.979
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		399		(399)	-
Reserva retenção lucros			4.130	(4.130)	
Juros sobre o capital/dividendos antecipados (Nota 23.2)				(3.450)	(3.450)
Em 31 de dezembro de 2025	55.000	9.632	4.620	-	69.252

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Operações de seguros (Nota 24)		
Prêmios emitidos líquidos	130.835	121.006
Contribuições para cobertura de riscos	26.693	27.880
Variação das provisões técnicas de prêmios	(10.711)	(4.913)
Prêmios ganhos (Nota 24)	146.817	143.973
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(27.552)	(21.392)
Custo de aquisição (Nota 24)	(26.375)	(25.767)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(20.008)	(27.810)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(854)	(448)
Variação de outras provisões técnicas	(176)	75
Custo de aquisição (Nota 24)	(1.842)	(1.625)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 24)	(53)	(49)
Despesas administrativas (Nota 24)	(65.749)	(59.546)
Despesas com tributos (Nota 24)	(6.923)	(7.104)
Resultado financeiro (Nota 24)	15.617	7.912
Resultado patrimonial	6	11
Resultado operacional	12.908	8.230
Resultado antes dos impostos e participações	12.908	8.230
Imposto de renda (Nota 11.2)	(2.756)	(1.678)
Contribuição social (Nota 11.2)	(1.776)	(1.119)
Participações sobre o resultado	(397)	(431)
Lucro líquido do exercício	7.979	5.002
Quantidade de ações	79	79
Lucro por ação - em Reais	101.004,22	63.315,70

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Resultado do exercício	7.979	5.002
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	7.979	5.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

Atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.979	5.002
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	180	138
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(42.957)	(4.815)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	(6.593)	(2.374)
Créditos das operações com previdência complementar	1.348	82
Ativos de resseguro	74	1
Créditos fiscais e previdenciários	187	(462)
Depósitos judiciais e fiscais	127	(216)
Despesas antecipadas	589	714
Custos de aquisição diferidos	(6.529)	(117)
Outros ativos	39.037	(15.091)
Impostos e contribuições	5.210	4.181
Outras contas a pagar	(1.431)	6.656
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.045	(444)
Depósitos de terceiros	3.880	(310)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.857	6.016
Provisões técnicas - previdência complementar	(1.262)	(758)
Provisões judiciais	(5.049)	4.878
Outros Passivos	(560)	(458)
Caixa gerado pelas operações	10.132	2.623
Imposto sobre o lucro pagos	(3.134)	(3.916)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.998	(1.293)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7)	(564)
Aquisição de intangível	(43)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(50)	(564)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.450)	(4.998)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(3.450)	(4.998)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.498	(6.855)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.302	16.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.800	9.302
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.498	(6.855)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sabemi Seguradora S.A ("Seguradora" ou "Companhia") tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda, operando em todo território nacional. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5° e 9° andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
A Severo Participações S.A é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2025.
As atividades da Companhia são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Seguradora também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP n° 600/20.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 23 de fevereiro de 2026.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

4 Gestão de risco

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

"As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente atuarial, estão disponíveis eletronicamente no endereço: http://www.jornaldocomercio.com.

Os referidos relatórios do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras e do auditor independente atuarial, foram emitidos em 27 de fevereiro de 2026 e em 25 de fevereiro de 2026, respectivamente, sem modificações"

Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo
Diretor-Presidente
CPF nº 002.057.530-00

Rodrigo de Castro Fernandes Pecoraro
Diretor Executivo de Seguros
CPF nº 256.511.078-27

Rodrigo Severo
Diretor Executivo Administrativo Financeiro e Diretor Executivo de Serviços Financeiros
CPF nº 918.470.440-34

Eliana Schwingel Diederichsen
Diretora Executiva de Planejamento Estratégico e Compliance
CPF nº 261.696.570-49

Eder Gerson Aguiar de Oliveira
Atuário MIBA 630
CPF nº 395.346.850-20

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

PREVIDÊNCIA

Sabemi

CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta Patente SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2025.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Entidade demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis no endereço eletrônico a seguir: http://www.jornaldocomercio.com.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares reais

Ativo	2025	2024
Circulante	35.295	35.986
Disponível	914	8.461
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	914	8.461
Aplicações (Nota 6)	31.811	13.691
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	692	1.130
Valores a receber	692	1.130
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	1.824	12.645
Títulos e créditos a receber	1.021	1.629
Assistência financeira a participantes	661	819
Outros créditos	142	10.197
Outros valores e bens (Nota 9)	22	22
Bens a venda	22	22
Despesas antecipadas (Nota 7)	32	37
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	32	37
Não circulante	5.611	7.270
Realizável a longo prazo	5.611	7.270
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	5.092	6.558
Títulos e créditos a receber	2.043	1.900
Depósitos judiciais	1.620	1.609
Assistência financeira a participantes	1.429	3.049
Outros valores e bens (Nota 8)	464	631
Outros valores e bens	464	631
Despesas antecipadas (Nota 7)	55	81
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	55	81
Total do ativo	40.906	43.256

Passivo e patrimônio social	2025	2024
Circulante	7.123	7.467
Contas a pagar	779	1.122
Obrigações a pagar (Nota 11)	435	313
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 12)	276	521
Impostos e contribuições (Nota 13)	4	7
Outras contas a pagar	64	281
Depósitos de terceiros (Nota 14)	1.008	984
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	5.160	5.208
Planos bloqueados	1.968	1.717
Planos não bloqueados	3.192	3.491
Outros débitos	176	153
Passivo de arrendamento (Nota 16)	176	153
Não circulante	8.778	9.165
Contas a pagar	77	459
Obrigações a pagar (Nota 11)	77	459
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	5.138	4.665
Planos bloqueados	5.072	4.600
Planos não bloqueados	66	65
Outros débitos	3.203	3.520
Provisões judiciais (Nota 18)	3.203	3.520
Débitos diversos	360	521
Passivos de arrendamento (Nota 16)	360	521
Patrimônio social	25.005	26.624
Reserva patrimonial (Nota 19)	3.204	3.204
Reservas de retenção de superávit (Nota 19)	21.801	23.420
Total do passivo e do patrimônio social	40.906	43.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Variações de outras provisões técnicas	(52)	32
Benefícios retidos	(1.040)	(868)
Contribuições para cobertura de riscos	6.694	6.757
Variação das provisões técnicas de prêmios	305	464
Prêmio ganho	6.999	7.221
Sinistros ocorridos (Nota 20)	(957)	(974)
Custo de aquisição (Nota 20)	(545)	(468)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20)	951	359
Despesas administrativas (Nota 20)	(8.949)	(6.197)
Despesas com tributos (Nota 20)	(251)	(256)
Resultado financeiro (Nota 20)	2.225	1.860
Resultado operacional	(1.619)	709
Déficit /superávit do exercício	(1.619)	709

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Déficit/Superávit do exercício	(1.619)	709
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.619)	709

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares reais

	2025	2024
Atividades operacionais		
Déficit / superávit do exercício	(1.619)	709
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(18.120)	4.159
Créditos das operações com previdência complementar	438	(58)
Depósitos judiciais e fiscais	(11)	294
Outros ativos	12.496	1.069
Impostos e contribuições	(248)	233
Outras contas a pagar	(615)	(2.387)
Depósito de terceiros	24	959
Provisões técnicas - previdência complementar	425	(74)
Provisões judiciais	(317)	686
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	(7.547)	5.590
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.547)	5.590
Caixa e equival. de caixa no início do exercício	8.461	2.871
Caixa e equival. de caixa no final do exercício	914	8.461
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.547)	5.590

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Em milhares reais

		Reservas de superávit			
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024	3.204	21.264	1.447		25.915
Reversão de Reserva de Contingência			(70)	70	
Superávit do exercício				709	709
Destinação do superávit		779		(779)	
Em 31 de dezembro de 2024	3.204	22.043	1.377		26.624
Déficit do exercício				(1.619)	(1.619)
Destinação do resultado		(1.619)		1.619	
Em 31 de dezembro de 2025	3.204	20.424	1.377		25.005

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta, atuando em todo território nacional. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4° andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
As atividades da Entidade são realizadas entre outras empresas do Grupo econômico Sabemi.
A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 23 de fevereiro de 2026.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4 Gerenciamento de riscos
Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

"As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente atuarial, estão disponíveis eletronicamente no endereço: http://www.jornaldocomercio.com.

Os referidos relatórios do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras e do auditor independente atuarial, foram emitidos em 27 de fevereiro de 2026 e em 25 de fevereiro de 2026, respectivamente, sem modificações"

Diretoria

Maria Marta Schneider Severo
Diretora-Presidente
CPF nº 346.146.800-20

Antonio Tulio Lima Severo Jr
Diretor Adm. – Financeiro
CPF nº 456.467.670-91

Silvania de Souza Oliveira Soares
Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49

Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Vanessa Sorgato Kuyven
Atuaria MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

LEIA O QRCODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no endereço eletrônico: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de fevereiro de 2026, foi emitido sem ressalvas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**113.944**	250.602	**427.524**	521.165
Aplicações financeiras	-	-	**3.755**	2.114
Contas a receber de clientes	**140.074**	111.870	**483.394**	454.897
Ativo de contrato	**3.320**	1.567	**7.728**	3.421
Contas a receber de partes relacionadas	**204.291**	302.529	**5.193**	3.554
Estoques	**288.700**	328.886	**611.492**	717.821
Impostos a recuperar	**35.998**	46.098	**116.107**	131.771
Despesas antecipadas	**7.615**	7.048	**11.721**	10.651
Dividendos e juros sobre capital próprio	**64.727**	76.099	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	4.184	-	-
Outros ativos circulantes	**12.127**	31.357	**32.221**	69.209
Total do ativo circulante	**870.796**	1.160.240	**1.699.135**	1.914.603
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras	**141**	278	**7.589**	12.634
Instrumentos financeiros derivativos	**81**	19.613	**81**	19.613
Contas a receber de clientes	**27.190**	44.365	**85.088**	120.276
Ativo de contrato	**11.989**	12.355	**25.045**	24.709
Contas a receber de partes relacionadas	-	1.199	-	-
Imposto a recuperar	**9.248**	9.890	**28.542**	26.475
Impostos diferidos	-	2	**5.120**	2.381
Outros créditos	**49.472**	43.863	**104.160**	83.648
	98.121	131.565	**255.625**	289.736
Investimentos	**1.072.786**	989.055	**2.700**	3.039
Propriedades para investimento	**77.037**	76.793	**25.025**	23.133
Imobilizado	**271.769**	250.526	**803.459**	748.307
Intangível	**1.600**	1.339	**92.730**	78.499
Ativo de direito de uso	**12.979**	12.353	**18.436**	17.238
Total do ativo não circulante	**1.534.292**	1.461.631	**1.197.975**	1.159.952
Total do ativo	**2.405.088**	2.621.871	**2.897.110**	3.074.555

PASSIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante				
Empréstimos, financ. e debêntures	**235.309**	322.751	**293.889**	390.893
Fornecedores	**75.798**	140.371	**169.066**	266.579
Contas a pagar a partes relacionadas	**99.130**	171.852	**435**	4
Obrigações fiscais e sociais	**56.807**	49.717	**213.838**	165.649
Obrigações e provisões trabalhistas	**18.465**	20.362	**32.609**	32.722
Dividendos e juros sobre capital próprio	**32.259**	66.806	**35.088**	70.155
Débitos com partes relacionadas	**28.906**	2.043	**28.906**	5.201
Passivo de arrendamento	**5.426**	7.125	**8.056**	10.581
Outras contas a pagar	**23.967**	29.552	**46.596**	52.174
Total do passivo circulante	**576.067**	810.579	**828.483**	993.958
Passivo não circulante				
Empréstimos, financ. e debêntures	**851.208**	886.056	**1.019.101**	1.073.005
Instrumentos financeiros derivativos	**7.392**	1.790	**7.392**	1.790
Obrigações fiscais e sociais	**402**	643	**2.180**	4.463
Impostos diferidos	**4.937**	5.880	**37.241**	45.625
Provisão para litígios	**1.710**	295	**3.258**	1.385
Débitos com partes relacionadas	**6.245**	30.642	**6.245**	31.001
Passivo de arrendamento	**8.319**	5.805	**11.655**	7.873
Outras contas a pagar	**220**	306	**223**	306
Total do passivo não circulante	**880.433**	931.417	**1.087.295**	1.165.448
Patrimônio líquido				
Capital social	**470.000**	470.000	**470.000**	470.000
Reservas de lucros	**410.900**	303.486	**410.900**	303.486
Transações com sócios	**(14.163)**	(12.144)	**(14.163)**	(12.144)
Outros resultados abrangentes	**81.851**	118.533	**81.851**	118.533
Total de participação dos controladores	**948.588**	879.875	**948.588**	879.875
Participação de acionistas não controladores	-	-	**32.744**	35.274
Total do patrimônio líquido	**948.588**	879.875	**981.332**	915.149
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.405.088**	2.621.871	**2.897.110**	3.074.555

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	**1.480.962**	1.432.137	**2.829.299**	2.659.257
Custo dos produtos vendidos	**(1.203.960)**	(1.138.110)	**(1.918.763)**	(1.722.572)
Lucro bruto	**277.002**	294.027	**910.536**	936.685
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	**(109.188)**	(126.668)	**(247.899)**	(275.330)
Despesas administrativas e gerais	**(152.543)**	(143.297)	**(276.355)**	(263.412)
Resultado da equivalência patrimonial	**306.032**	293.573	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	**(8.479)**	15.404	**(16.064)**	18.618
Resultado operacional	**312.824**	333.039	**370.218**	416.561
Receitas financeiras	**208.440**	247.644	**289.839**	357.978
Despesas financeiras	**(389.218)**	(314.515)	**(453.686)**	(406.677)
	(180.778)	(66.871)	**(163.847)**	(48.699)
Resultado antes dos impostos s/o lucro	**132.046**	266.168	**206.371**	367.862
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	**(65.946)**	(76.091)
Diferido	**3.780**	4.033	**7.527**	(11.107)
Lucro líquido do exercício	**135.826**	270.201	**147.952**	280.664
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**135.826**	270.201
Acionistas não controladores			**12.126**	10.463
			147.952	280.664
Lucro básico e diluído p/ação do capital social (em R$)	**579,94**	1.153,68		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**135.826**	270.201	**147.952**	280.664
Outros resultados abrangentes a serem classificados p/resultado em exercícios subsequentes:				
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em filial no exterior	**230**	188	**230**	188
Efeito ajuste economia hiperinflacionária em controlada no exterior	**16.596**	4.605	**16.596**	4.605
Variação cambial de filiais e controladas no exterior	**(49.661)**	43.635	**(49.661)**	43.635
Total dos outros resultados abrangentes	**(32.835)**	48.428	**(32.835)**	48.428
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	**102.991**	318.629	**115.117**	329.092
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**102.991**	318.629
Acionistas não controladores			**12.126**	10.463
			115.117	329.092

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladores								
		Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Transações com sócios	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.262	28.251	345.044	(12.144)	74.006	-	625.419	33.059	658.478
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	270.201	270.201	10.463	280.664
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	48.428	-	48.428	-	48.428
Destinações									
Reserva legal	-	13.510	-	-	-	(13.510)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(64.173)	(64.173)	(2.815)	(66.988)
Reserva especial	-	-	196.419	-	-	(196.419)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)	(8.303)
Aumento de capital	279.738	-	(279.738)	-	-	-	-	-	-
A.F.A.C.	-	-	-	-	-	-	-	3.499	3.499
Realização da deprec. do custo atribuído, líq. de tributos	-	-	-	-	(3.901)	3.901	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	470.000	41.761	261.725	(12.144)	118.533	-	879.875	35.274	915.149
Aquisição de participação minoritária em controlada	-	-	-	-	-	-	-	**(4.013)**	**(4.013)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**135.826**	**135.826**	**12.126**	**147.952**
Destinações									
Reserva legal	-	**6.791**	-	-	-	**(6.791)**	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	**(32.259)**	**(32.259)**	**(2.829)**	**(35.088)**
Reserva especial	-	-	**100.623**	-	-	**(100.623)**	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	**(32.835)**	-	**(32.835)**	-	**(32.835)**
Transação de capital entre sócios	-	-	-	**(2.019)**	-	-	**(2.019)**	-	**(2.019)**
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	**(7.814)**	**(7.814)**
Realização da deprec. do custo atribuído, líq. de tributos	-	-	-	-	**(3.847)**	**3.847**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**470.000**	**48.552**	**362.348**	**(14.163)**	**81.851**	-	**948.588**	**32.744**	**981.332**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	**132.046**	266.168	**206.371**	367.862
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	**36.025**	34.911	**72.893**	72.006
Realização ajuste valor presente - CPC 06 (R2) (IFRS 16)	**1.599**	693	**2.130**	1.246
Efeito de hiperinflação - CPC 42 (IAS 29)	**160**	(2)	**4.480**	(30.141)
Resultado nas baixas do imobilizado	**7.431**	5.700	**14.721**	12.995
Resultado de equivalência patrimonial	**(306.032)**	(293.573)	-	-
Provisão (reversão) para perdas esperadas com créditos de clientes	**(7.767)**	(1.693)	**(742)**	(6.521)
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	**(1.167)**	855	**(2.424)**	1.738
Realização do lucro na integralização do capital	**(617)**	(620)	-	-
Provisão (reversão) para litígios	**1.415**	(242)	**1.873**	(3.014)
Variações em derivativos	**25.134**	(17.823)	**25.134**	(17.823)
Variação cambial sobre mais valia de ativos	**(1.179)**	824	-	-
Juros e var. cambial s/emprést., financ. e debêntures	**156.715**	205.435	**173.560**	227.861
Amortização diferido mais valia de ativos	**(2.839)**	(11.340)	-	-
Juros e variação cambial com partes relacionadas	**3.169**	8.638	**2.932**	9.102
	44.093	197.931	**500.928**	635.311
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	**54.260**	(154.298)	**3.384**	(106.653)
Estoques	**41.353**	(98.205)	**108.753**	(215.045)
Impostos a recuperar	**11.363**	(22.486)	**14.463**	(46.002)
Outras contas a receber	**11.738**	(33.467)	**10.834**	(77.273)
Fornecedores	**104.270**	287.332	**(97.082)**	113.584
Obrigações fiscais e sociais	**5.240**	(17.563)	**3.847**	(12.045)
Outras contas a pagar	**(3.091)**	(16.054)	**(28.607)**	(7.361)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**269.226**	143.190	**516.520**	284.516
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(96)	**(24.000)**	(25.730)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**269.226**	143.094	**492.520**	258.786
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Em aplicações financeiras	**137**	66.271	**3.404**	52.465
Dividendos recebidos	**1.500**	-	-	-
Em propriedade para investimentos	-	(1.860)	-	(1.860)
Em investimentos em controladas/coligadas	**(8.780)**	(16.895)	**(2.534)**	-
Em imobilizado	**(32.405)**	(47.501)	**(127.169)**	(115.413)
No intangível	**(1.079)**	(1.236)	**(15.499)**	(20.188)
A.F.A.C.	-	-	-	3.499
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(40.627)**	(1.221)	**(141.798)**	(81.497)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos, financ. e debêntures - captações	**600.889**	586.592	**636.585**	713.010
Empréstimos, financ. e debêntures - pagamentos	**(699.145)**	(533.810)	**(765.401)**	(640.209)
Juros de empréstimos pagos	**(193.549)**	(148.149)	**(218.001)**	(170.625)
Créditos com partes relacionadas	**4.184**	3.091	-	-
Débitos com partes relacionadas	**(466)**	(870)	**(3.983)**	5.528
Pagamentos de arrendamentos	**(10.364)**	(9.530)	**(15.594)**	(14.369)
Pagamentos de dividendos	**(66.806)**	(69.300)	**(77.969)**	(80.959)
Caixa líquido gerado pelas ativ. de financiamentos	**(365.257)**	(171.976)	**(444.363)**	(187.624)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(136.658)**	(30.103)	**(93.641)**	(10.335)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**250.602**	280.705	**521.165**	531.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**113.944**	250.602	**427.524**	521.165

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findosem 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas	**1.832.179**	1.722.209	**3.732.862**	3.466.634
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.810.961**	1.706.800	**3.706.753**	3.451.871
Outras receitas	**13.451**	13.716	**25.367**	8.242
Provisão p/perdas esperadas c/créd. de clientes	**7.767**	1.693	**742**	6.521
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.270.034)**	(1.202.302)	**(2.102.348)**	(1.897.979)
Custos dos prod., das merc. e dos serv. vendidos	**(682.284)**	(588.887)	**(1.205.410)**	(977.749)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	**(587.750)**	(613.415)	**(896.938)**	(920.230)
Valor adicionado bruto	**562.145**	519.907	**1.630.514**	1.568.655
Depreciação e amortização	**(36.025)**	(34.911)	**(72.893)**	(72.006)
Valor adicionado líq. produzido pela entidade	**526.120**	484.996	**1.557.621**	1.496.649
Valor adicionado recebido em transferência	**514.472**	541.217	**289.839**	357.978
Resultado da equivalência patrimonial	**306.032**	293.573	-	-
Receitas financeiras	**208.440**	247.644	**289.839**	357.978
Valor adicionado total a distribuir	**1.040.592**	1.026.213	**1.847.460**	1.854.627
Distribuição do valor adicionado	**(1.040.592)**	(1.026.213)	**(1.847.460)**	(1.854.627)
Pessoal e encargos	**(214.168)**	(195.725)	**(416.114)**	(379.308)
Remuneração direta	**(174.383)**	(161.041)	**(326.161)**	(298.475)
Benefícios	**(27.357)**	(23.806)	**(69.709)**	(61.502)
FGTS	**(12.428)**	(10.878)	**(20.244)**	(19.331)
Impostos, taxas e contribuições	**(300.272)**	(251.185)	**(821.378)**	(793.213)
Federais	**(135.648)**	(108.271)	**(483.012)**	(473.539)
Estaduais	**(164.216)**	(142.558)	**(336.614)**	(317.950)
Municipais	**(408)**	(356)	**(1.752)**	(1.724)
Remuneração de capitais de terceiros	**(390.326)**	(309.102)	**(462.016)**	(401.442)
Juros	**(203.327)**	(153.598)	**(220.688)**	(171.125)
Aluguéis	**(1.117)**	(422)	**(5.542)**	(4.086)
Outras	**(185.882)**	(155.082)	**(235.786)**	(226.231)
Remuneração de capitais próprios	**(135.826)**	(270.201)	**(147.952)**	(280.664)
Dividendos	**(32.259)**	(64.173)	**(32.259)**	(64.173)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(629)
Lucros retidos	**(103.567)**	(206.028)	**(103.567)**	(206.028)
Participação de acionistas não controladores	-	-	**(12.126)**	(9.834)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório na nota 2.2, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A. ao qual detém 100,00% do seu capital social. Em 21 de outubro de 2022 a Companhia obteve deferimento do pedido de registro pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto (categoria "A"). A Companhia tem sede na Rua Buarque de Macedo, 365, Nova Prata/RS e tem como objetivo a industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, industrialização, comercialização e prestação de serviços em borracha e seus artefatos, produtos para os ramos automotivo, esportivo e industrial, adesivos, colas e produtos de limpeza em geral, assim como fabricação de máquinas, ferramentas, atuação em comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, administração de negócios e participações em outras sociedades.

1.1. Transações relevantes no exercício: Transferência de ações: Em 02 de abril de 2025, foi assinado o termo de transferência de ações nominativas, ao qual determinou a transferência de quatro ações ordinárias de Miguel Paludo para Paludo Participações S.A., Controladora do grupo, que passa a ter 100% de participação societária da Borrachas Vipal S.A. Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida. A Companhia passou a deter 100% de participação na controlada. O preço acordado pelas ações foi de R$ 2.534 (equivalente a € 400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controladora, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Os valores estão demonstrados na nota explicativa 19. Liquidação antecipada das debêntures: Em 22 de setembro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R$ 432.620, sendo R$ 423.529 de principal, R$ 2.776 de juros e R$ 6.315 de prêmio.

2. Sumário das políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (*impairment*). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Bases de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

			Percentual de participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
Empresas no Brasil	**País**	**Moeda Funcional**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Borrachas Vipal Nordeste S.A.	Brasil	Reais	**95,58**	-	95,58	-
Vipal Indústria de Máquinas Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Vipaltec Pesq. Desenv. Tec. Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Marangoni Tread Latino América S.A. (i)	Brasil	Reais	**100**	-	80	-
Marpal Administração e Participações Ltda.	Brasil	Reais	**100**	-	100	-
Empresas no exterior						
Marangoni Tread North America Inc.	Estados Unidos	Dólar Americano	**100**	-	100	-
Vipal Participadas Espana S.L.	Espanha	Euro	**100**	-	100	-
Karlevi S.A.	Uruguai	Pesos Uruguaios	-	**100**	-	100
Vipal Rubber Corporation	Estados Unidos	Dólar Americano	-	**100**	-	100
Vipal Chile S.A.	Chile	Pesos Chilenos	-	**100**	-	100
Vipal SPA.	Chile	Pesos Chilenos	-	**100**	-	100
Vipal Colômbia S.A.	Colômbia	Pesos Colombianos	-	**100**	-	100
Vipal S.A.	Argentina	Pesos Argentinos	**98,50**	**1,50**	98,50	1,50
Cauchos Vi-pal, S.A de C.V.	México	Pesos Mexicanos	-	**100**	-	100
Vipal Europe GmbH	Alemanha	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe, S.L.	Espanha	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe, S.L. – D.o.o.	Eslovênia	Euro	-	**100**	-	100
Vipal Europe Limited	Reino Unido	Libra Esterlina	-	**100**	-	100
Vipal Italia Società a Responsabilità Limitata	Itália	Euro	-	**100**	-	100

(i) A razão social da controlada "Marangoni Tread Latino América S.A. - Em Recuperação Judicial" foi alterada para "Marangoni Tread Latino América S.A." após a finalização de seu processo de recuperação judicial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre elas, são eliminados por completo.

2.3. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: As receitas da Companhia e suas controladas são auferidas com a venda de produtos de borracha para vulcanizações de pneus, bem como produtos correlatos para reforma e reparos de pneus, para os segmentos automotivo, esportivo e industrial. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, geralmente na entrega dos produtos nas localidades do cliente e, portanto, a obrigação de performance é atendida. Não há outras promessas nos contratos com clientes que representem obrigações de performance distintas, e que poderiam requerer que uma parcela do preço da transação fosse alocada separadamente. A Companhia e suas controladas avaliam ao determinar o preço da transação se há efeitos de contraprestação variável, componente de financiamento, contraprestação não monetária ou devida ao cliente. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os produtos foram efetivamente entregues e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas.

Continua »»

VIPAL »»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial):* A Companhia e suas controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o exercício excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber do cliente. O método do "valor mais provável" é adotado pela Companhia para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado é o que melhor prediz o montante de contraprestação variável, principalmente pelo fato de os contratos incluírem apenas uma única meta, em sua grande maioria. Um passivo de restituição é reconhecido para os abatimentos futuros esperados e neste caso tais valores não são incluídos no preço da transação. A Companhia e suas controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (R$) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária: Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) (IAS 21) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido, exceto os itens não monetários, convertidos pela taxa histórica, foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em de 31 de dezembro de 2024); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024). Correção monetária por hiperinflação - CPC 42 / IAS 29: Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida a partir do exercício de 2018 para as unidades da Companhia nesse país. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços ao consumidor "IPC". A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 31,5% (117,8% em 31 de dezembro de 2024), conforme IPC. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 31 de dezembro de 2025 na controladora foi uma perda de R$ 153 (ganho de R$ 951 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado uma perda de R$ 7.577 (ganho de R$ 27.837 em 31 de dezembro de 2024). Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos: Valorizados ao custo de aquisição. Produtos acabados e em elaboração: Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.6. Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28, para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) / IAS 28 determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

2.7. Imobilizado: Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda por desvalorização dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis: Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: Os outros ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros e são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por desvalorização, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Para avaliar se um ativo gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento a Companhia classifica em: (a) fase de pesquisa; e (b) na fase de desenvolvimento. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. Um ativo resultante de desenvolvimento, ou da fase de desenvolvimento de projeto interno, é reconhecimento pela Companhia quando: (a) existe viabilidade técnica para concluir o ativo intangível; (b) Intenção de concluir o ativo intangível ou vende-lo; (c) capacidade de usar ou vender o ativo intangível; (d) gerar benefícios econômicos futuros; (e) disponibilidade de recursos técnicos para concluir o seu desenvolvimento e; (f) mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa, no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda por desvalorização do ágio é feito anualmente ao final do exercício.

2.10. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.11. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 22%	7% a 22%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 18%	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60% a 9,50%	7,60% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65% a 2%	1,65% a 2%
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,5% a 22%

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.13. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.14. Arrendamento mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto, conforme nota explicativa 18. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses.

2.15. Informação por segmento: A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 25.

2.16. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.17. Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento.

2.18. Demonstração do valor adicionado: Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

2.19. Normas e interpretações emitidas vigentes e não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS S1: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade:* Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma. *Alterações ao IFRS S2: Divulgações relacionadas ao clima:* Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:* A norma tem como objetivo proporcionar consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos leitores embasamento para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações são: i) Novas categorias e subtotais no DRE; ii) Divulgação de métricas em notas explicativas; iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os seus impactos. *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:* A norma concede que as subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que o seu controlador final produza demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os seus impactos. *Emenda IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:* As alterações abordarão a diversidade nas práticas contabilísticas e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que o novo pronunciamento não possui impacto em suas demonstrações financeiras. *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:* Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que o novo pronunciamento não possui impacto em suas demonstrações financeiras. *ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* A Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Resolução vigora a partir de 1º de janeiro de 2025 e não há impactos para Companhia. *Emenda IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:* As alterações abordarão a diversidade nas práticas contabilísticas e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: iii) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; iv) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. *Emenda OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO):* A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. A Resolução vigora a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou que não possui impacto em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados a cada período de reporte.

3.1. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

3.1.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por desvalorização existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.1.2. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3.1.3. Provisões para litígios: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.1.4. Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento: A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

3.1.5. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

3.1.6. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber de clientes: A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular as perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de créditos esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 6.

3.1.7. Tributos diferidos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

3.1.8. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios.

3.1.9. Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

3.1.10. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios: As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações em relação aos valores alocados quando da combinação. Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) - combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: Receitas: Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

RENAN BATISTA PATRÍCIO LIMA - Diretor Presidente **RÉGIS DA SILVA DOS SANTOS** - Diretor Financeiro **PEDRO HENRIQUE RODRIGUES ASSIS** - Contador - CRC / RS-099735/O

CCR ViaSul uma empresa motiva

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia" ou "Concessionária", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão nº 01/2018 ("contrato de concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo Motiva) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2025:** O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos nas obras de infraestrutura da Companhia, consolidando o compromisso com a modernização e a segurança viária. Entre os principais marcos, destacam-se a evolução da duplicação da BR-386/RS e a execução de estruturas estratégicas que reforçam a importância desse corredor para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS, iniciada em 2021 e que será finalizada no ano 18º da concessão, perfazendo 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS. Em 2025 foram concluídas 5km de faixa adicional da BR-386/RS; tiveram sequência as obras de duplicação do trecho de 20,3 km de Marques de Souza e Lajeado (km 324+100 ao km 344+400) em fase de conclusão, também teve sequência, o trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em maio de 2026, e as obras de duplicação do trecho de 30,5km entre os municípios de Tio Hugo/RS e Soledade/RS, (Km 213+100 a Km 243+600), com previsão de conclusão em agosto de 2026. Foram concluídas em 2025 as obras de Implantação da interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAEs na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850. Estão em andamento (além das Duplicações) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras). Ainda, no decorrer de 2025 seguiram os trabalhos para viabilizar a recuperação dos pontos sinistrados por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, a Companhia destaca a conclusão das obras de recuperação de pavimento flexível na BR 290 e BR 386 Pista Dupla e o bom avanço nas obras de recuperação da BR 386 Pista Simples. Ainda assim, para o ano de 2026 as equipes continuarão mobilizadas nas 4 rodovias da concessão, contando com frentes de Fresagem e Recomposição, Reforço de Pavimento, Drenagem, Microrrevestimento e Pavimento Rígido, buscando garantir as obrigações contratuais. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Desempenhos:** Em 2025 a Companhia apresentou um aumento de 22,20% no lucro líquido em relação a 2024, em decorrência principalmente do aumento de suas receitas de pedágio, derivado do maior tráfego em 2025, frente ao ano de 2024 que sofreu os impactos da catástrofe climática ocorrida em maio no Rio Grande do Sul.

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Receita líquida	**1.468.872**	**1.203.609**	**22,04%**
Receita de pedágio	572.301	535.920	6,79%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695	32,49%
Outras receitas	602	642	-6,23%
(-) Deduções da receita bruta	(49.619)	(46.648)	6,37%
(-) Custos e despesas (a)	**(1.253.263)**	**(1.013.562)**	**23,65%**
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(945.588)	(713.695)	32,49%
Demais custos e despesas	(307.675)	(299.867)	2,60%
Resultado antes Resultado Financeiro	**215.609**	**190.047**	**13,45%**
(+/-) Resultado financeiro líquido	(12.077)	(6.682)	80,74%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.670)	(43.566)	-27,31%
Lucro líquido	**171.862**	**139.799**	**22,94%**
(-) Resultado financeiro líquido	12.077	6.682	80,74%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	31.670	43.566	-27,31%
EBIT	**215.609**	**190.047**	**13,45%**
Margem EBIT	**14,7%**	**15,8%**	***-1,1 pp***
(+) Provisão de manutenção	5.864	26.194	-77,61%
EBIT Ajustado	**221.473**	**216.241**	**2,42%**
Margem EBIT ajustada (b)	**42,3%**	**44,1%**	**-1,8 pp**
(+) Depreciação/amortização	70.892	50.485	40,42%
EBITDA (b)	**286.501**	**240.532**	**19,11%**
Margem EBITDA	**19,5%**	**20,0%**	**-0,5 pp**
EBITDA ajustado	**292.365**	**266.726**	**9,61%**
Margem EBITDA ajustada (c)	**55,9%**	**54,4%**	**1,4 pp**
Dívida líquida s/Ebitda	**5,51**	**4,50**	**22,54%**
Investimentos (d)	**(946.703)**	**(858.767)**	**10,24%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**103.711**	**98.241**	**5,57%**

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas; (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção; (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção; e (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa do respectivo período, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.1.1. Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 29 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025 é de R$ 5,50, conforme decisão nº 85 de 21 de fevereiro de 2024. Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2025 e sua comparação com o ano de 2024.

Em Unidades	2025	2024	Var.%
Veículos Leves (Veq¹)	44.714.640	42.221.907	5,9%
Veículos Pesados (Veq¹)	58.996.253	56.019.513	5,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	**103.710.893**	**98.241.420**	**5,6%**

¹) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados.

Em 2025, o total de veículos pedagiados foi de 58.289.145 ou 103.710.893 em veículos equivalentes. **Tráfego Consolidado (5,6%):** O tráfego consolidado de 2025 registrou crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. A comparação entre os períodos é impactada pelos efeitos da catástrofe climática que afetou o Rio Grande do Sul (RS) em 2024. Os eventos impactaram negativamente no tráfego da Companhia em maio/2024 de forma significativa, o que distorce a comparação entre os anos, tanto no passeio quanto no comercial. **Veículos Passeio ou leves (5,9%):** O tráfego de veículos de passeio em 2025 apresentou crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior, sob influência preponderante da base de comparação de 2024 que tem os impactos da catástrofe climática do RS. Além desse fator principal, o tráfego teve influência de fatores climáticos, que favoreceram o tráfego sazonal/turístico nos primeiros meses do ano, mas que foram desfavoráveis especialmente no 2º semestre. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 11,0%; o eixo da BR-290 cresceu 4,1%, e a BR-101 teve crescimento de 0,9%. **Veículos comerciais ou pesados (5,3%):** O tráfego comercial em 2025 apresentou crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior. Assim como no passeio, também há influência da base de comparação de 2024, notadamente dos esforços de reconstrução do estado do RS após a catástrofe em maio/2024. Além disso, o comercial demonstrou crescimento vinculado ao crescimento econômico da região Sul nos setores de indústria e comércio. Os maiores crescimentos do tráfego entre os períodos ocorreram no eixo da BR-386, com crescimento de 8,3%; o eixo da BR-290 cresceu 3,4%, e a BR-101 teve crescimento de 2,7%. A receita operacional da Companhia em 2025, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R$ 1.518.491.

Valores em R$ Mil	2025	2024	Var.%
Receita de Pedágio	572.301	535.920	6,8%
Receita de Construção	945.588	713.695	32,5%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	602	642	-6,2%
Receita Bruta Total	**1.518.491**	**1.250.257**	**21,5%**

Receita operacional: A receita de pedágio em 2025 totalizou R$ 572.301, um aumento de 6,8% em relação a 2024, afetada principalmente pelo maior tráfego em 2025. **Receita de construção:** No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2025 foram de R$ 1.253.263 dos quais R$ 307.675 são custos operacionais e R$ 945.588 são custos de construção.

Valores em R$ Mil	2025	2024	Var.%
Custo de construção	(945.588)	(713.695)	32,5%
Custos e despesas com pessoal	(81.298)	(80.298)	1,2%
Materiais equipamentos e veículos	(23.601)	(20.888)	13,0%
Serviços de terceiros	(75.013)	(70.954)	5,7%
Custos contratuais	(22.452)	(19.511)	15,1%
Provisão para manutenção	(5.864)	(26.194)	-77,6%
Depreciação e amortização	(70.892)	(50.485)	40,4%
Outros custos operacionais	(28.555)	(31.537)	-9,5%
Total Custos e Despesas	**(1.253.263)**	**(1.013.562)**	**23,6%**

Custo de construção: No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 32,5% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **Custo e despesas com pessoal:** No ano 2025, a Companhia conta com 491 colaboradores e o custo de pessoal é maior em 1,2%, devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios. **Materiais, equipamentos e veículos:** Em 2025 houve um aumento de 13,0% nos gastos com materiais, equipamentos e veículos. Esse resultado está relacionado ao aumento no custo de combustíveis dos serviços de conservação da faixa de domínio, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais. **Serviços de terceiros:** Aumento de 5,7%, sobretudo em decorrência de aumento nos gastos de conservação, com o objetivo de uma prestação de serviço mais qualificada e atingimento de metas contratuais. **Custos contratuais:** São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia. A variação de 15,1% se dá principalmente pelo aumento no seguro patrimonial, em decorrência da tragédia climática que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Além disso, há um reajuste contratual da verba de fiscalização de 4,83% do IPCA, acumulado de Jan/24 à Dez/24, divulgado pelo IBGE e aplicado em fevereiro de 2025. **Provisão de manutenção**: Os custos de manutenção são originados dos gastos com pavimento, que são provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, de maneira proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. O valor provisionado de 2025 sofreu efeito de uma reversão, realizada em decorrência da reclassificação de gastos futuros de "Provisão de manutenção" para "Intangível". **Depreciação e amortização:** Aumento de depreciação e amortização em 2025 devido às finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.3. Investimentos. **Outros custos operacionais:** A redução de 9,5% é decorrente principalmente da baixa de despesas antecipadas e do ativo imobilizado referente à venda da usina de asfalto da companhia e do recebimento de ressarcimento de seguro relativo à perda de receita derivada da não cobrança da tarifa de pedágio no período da catástrofe climática de 2024. **2.1.3. Investimentos:** Em 2025, os investimentos realizados totalizaram R$ 993.094 um aumento de 32,7% em relação a 2024. Aumento motivado pelo andamento das obras das duplicações e finalização das obras de interconexão de Trevo Completo na BR-386 km 392; Passarela na BR-386 localizada no km 352+810; Reforço e alargamento de OAEs na BR-290, localizadas nos km 84 Oeste e km 84 Leste; Recuperação estrutural na BR-290, sendo três obras realizadas nos km 96+400, km 96+850 e km 91+850. Estão em andamento (além das Duplicações das Segmentos B, C e E) as seguintes obras de Implantação de interconexão na BR-386 do tipo Diamante Invertido nos km 434+800 e km 435+500, em Nova Santa Rita e Passarela na BR-101, localizada no km 23+950 (Três Cachoeiras), além da continuidade das atividades de recuperação dos sinistros.

Investimentos	2025	2024
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	646	1.629
Serviços no pavimento	225.801	186.286
Sinalização e elementos de proteção e segurança	20.169	21.469
Obras de arte especiais	79.698	30.781
Drenagem e obra de arte corrente	285	527
Obras de ampliação de capacidade	443.166	333.708
Obras de implantação de vias, interseção e outros	103.693	109.002
Sistemas e outros imobilizados	26.978	28.128
Sinistros	104.442	27.305
Elétrica	5.883	9.731
Total [1]	**1.010.761**	**748.566**

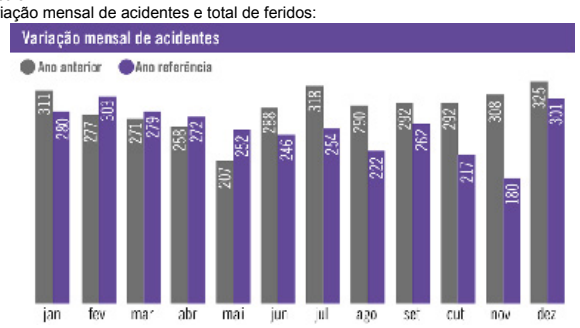
[1] Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. Excluindo as capitalizações de mão de obra e juros sobre financiamentos.

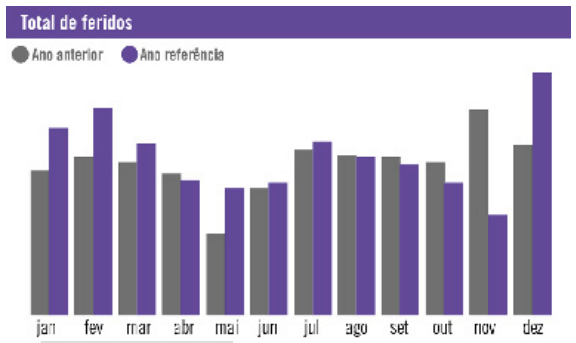
2.1.4. Captações de Recursos: Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R$ 172.000; em fevereiro de 2023, o montante de R$ 50.000; em julho de 2025, o montante de R$ 33.000; e em setembro de 2025, o montante de R$ 134.024; totalizando R$ 389.024 e R$ 367.672 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida. Em setembro de 2023, a Companhia contratou uma dívida suplementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R$1.450.000 sendo R$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% liquidadas em 3 de outubro de 2023; R$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R$ 250.000 de *backstop* remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado. Em julho de 2025, a Companhia captou o montante de R$ 22.000; e em setembro de 2025, o montante de R$ 88.000; totalizando R$110.000 e R$106.290 líquido de custo de transação referente ao IOF e ao custo de estruturação da dívida. Em outubro de 2024, a Companhia contratou uma dívida junto ao BNDES com o objetivo de financiar o capital de giro da concessionária, afetado pelos eventos climáticos extremos de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, no valor de R$ 125.000, com taxa de 7,42% ao ano, liquidados no próprio mês. Destaca-se que no ano de 2024, ainda em função dos eventos climáticos extremos, foi acordado junto ao BNDES um *standstill* para a operação de financiamento (FINEM) e debêntures da Companhia, suspendendo os pagamentos das debêntures que ocorreriam entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025 e os pagamentos relacionados ao FINEM que ocorreriam entre agosto de 2024 e julho de 2025, prorrogando em 12 meses a data de término de ambas as operações. **2.1.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2025 foi de R$ 354.596 e em 2024 foi de R$ 322.502, representando 24,1% e 26,8% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.1.6. Dividendos:** Em 22 de setembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto /de R$106.342, calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas entre janeiro e agosto de 2025, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. Em 2025 não foram pagos dividendos ou juros sobre o capital próprio, entretanto foram recolhidos os impostos retidos sobre os destaques de juros sobre o capital próprio mencionados anteriormente. **2.1.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.1.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2025 a auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.1.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 491 pessoas de forma direta, das quais, 444 pessoas foram contratadas em 2025. **3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume:** O gráfico a seguir apresenta o Volume Diário Médio Equivalente (VDM) mensal de 2025, que atingiu uma média de 157.625 veículos/dia no período analisado. Observa-se que, entre os meses de maio e junho, condições climáticas atípicas, caracterizadas por chuvas acima da média histórica e episódios de frio intenso impactaram negativamente o tráfego, especialmente o tráfego recreativo. Adicionalmente, tais condições influenciaram o planejamento do transporte comercial, exigindo a readequação das operações logísticas e de programação de cargas, em função do aumento do risco operacional associado ao cenário climático.

Variação mensal do volume no ano base:

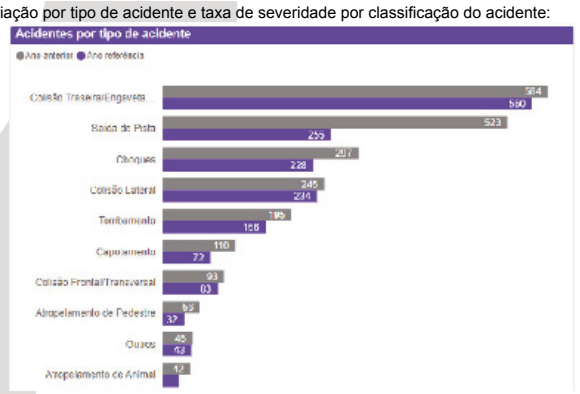
3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos a seguir apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido no ano de 2025, classificados por gravidade, pelo total de pessoas envolvidas e pela quantidade de sinistros por tipo de veículo.

Variação mensal de acidentes e total de feridos:

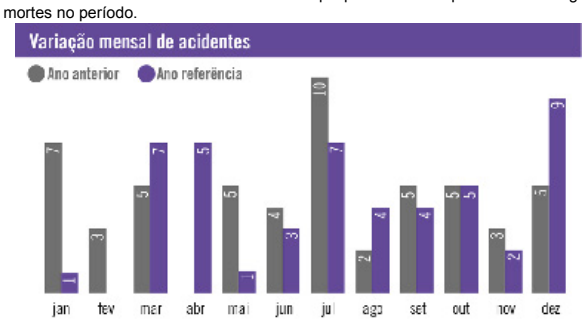


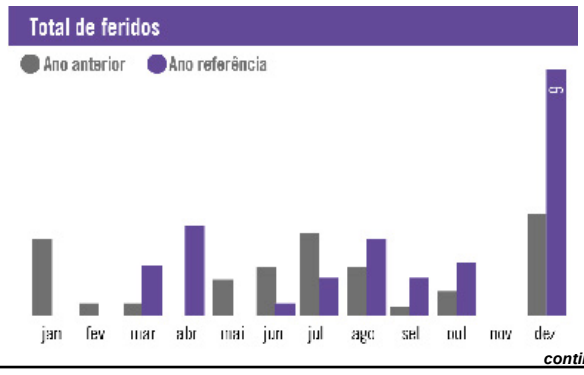


Variação por tipo de acidente e taxa de severidade por classificação do acidente:



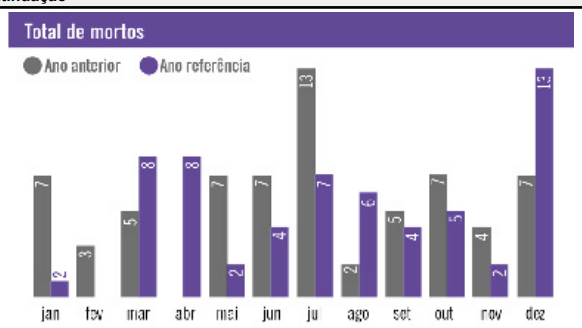
O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. No quadro abaixo de evolução no número de acidentes com vítimas fatais dentro do ano de 2025 com destaque para fevereiro que não houve registros de mortes no período.

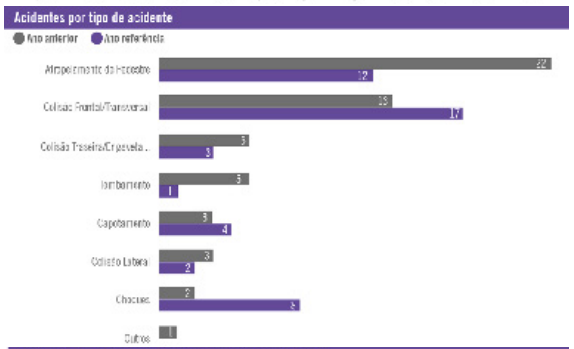


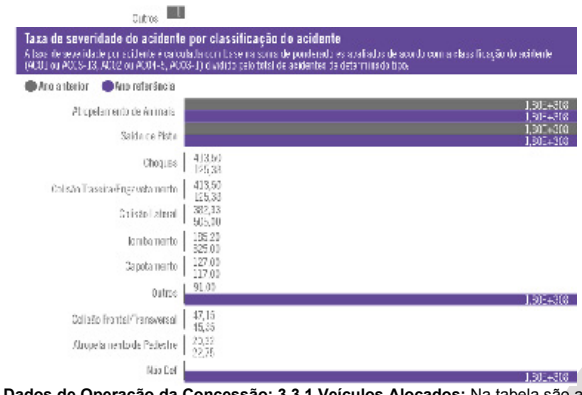


continua

continuação







3.3 Dados de Operação da Concessão: 3.3.1 Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão:

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde./100km
Viatura de inspeção	7	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde./100km
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	**50**	**13**
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	**53**	**11**
Total	**103**	**24**

No exercício de 2025, foram registrados 67.055 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul). **3.3.2 Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA (Volume diário médio anual) da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão:

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd./VDMA x 10.000
Diretor Unidade	1	0,06
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,13
Gerente Planejamento e Controle	1	0,06
Gerente SGI	1	0,06
Conservação de Rotina	7	0,44
CCO	8	0,50
Engenharia	84	5,26
Tecnologia e Manutenção	33	2,07
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	79	4,95
Tráfego	83	5,20
Arrecadação	153	9,58
Pesagem	39	2,44
Total Geral	**491**	**30,75**

3.4 Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2025, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1 Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2025	Acumulado
Receitas de pedágio	572.301	3.070.515
Receitas acessórias	602	2.067
Total das receitas	**572.903**	**3.072.582**

3.4.2 Investimentos: As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2025	Acumulado
Adição do intangível	1.092.803	3.716.710
Aquisição de imobilizado	30.597	216.355
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	**1.123.400**	**3.933.065**

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2025	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	229.377	1.119.466
Despesas Operacionais	78.298	334.129
Total Custos e Despesas Operacionais	**307.675**	**1.453.595**

3.4.4 ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano-base.

	Em 2025	Acumulado
Pedágio	28.615	153.301
Acessória	-	14
ISS Total	**28.615**	**153.315**

3.4.5 Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R$ 5,50 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

		Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Praça de pedágio	**Cobrança**	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Três Cachoeiras	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Santo Antônio da Patrulha	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Gravataí	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Montenegro	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Paverama	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Fontoura Xavier	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75
Vitor Graef	5,50	5,50	11,00	8,25	11,00	16,50	22,00	27,50	33,00	38,50	44,00	49,50	55,00	2,75

3.4.6 Companhia em números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.254.199	
Veículos leves	44.752.229	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	973.235	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,50	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	284.139	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	107	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD > 47	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	0,6mm < HS < 1,2mm	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	572.301	Expresso em milhares de reais
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	48.118	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	171.278	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	3.987.992	
Série Histórica dos Investimentos	3.714.234	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório
Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	491	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	387	
Administrativo	104	
Despesas de Pessoal	59.725	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	46.992	
Administrativo	12.733	
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	26.353	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	4.069	
Outras Despesas	5.668	
Seguridade		
Total de acidentes com vítimas	913	
Acidentes com vítimas feridas	865	
Acidentes sem vítimas	2052	
Acidentes com mortos	48	
Vítimas feridas	1301	
Mortos	61	

Indicadores

Receita por eixo equivalente	R$ 5,52	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R$ 2,97	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

4. Demais assuntos: 4.1 Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2 ESG:** A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocolo. Além disso, registrou avanço significativo no Índice *CSA* (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de *ratings* e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council -Relato Integrado* (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.3 Iniciativas voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.4 Meio Ambiente:** Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado. A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros. Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027. No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO_2 e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO_2 até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa. A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (Taskforce on Nature--related Financial Disclosures), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS - Nature-Based Solutions) como estratégia para compensar os impactos do negócio. No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais. A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Outros destaques e informações podem ser consultados no site: https://www.motiva.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.5 Instituto Motiva:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram cerca de 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. Saiba mais em: www.motiva.com.br/instituto/. **4.6 Considerações Finais: 4.6.1 Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.6.2 Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.6.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("Grant Thornton") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **4.6.4 Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

continua

continuação

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**258.481**	**408.715**
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.577	281.894
Aplicações financeiras	6	30.701	62.160
Contas a receber das operações	7.1	45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas	9	13	60
Tributos a recuperar		26.020	18.525
Despesas antecipadas e outros créditos		15.368	7.208
Não circulante		**3.729.511**	**2.788.882**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	-	40.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	1.540
Depósitos judiciais		5.793	4.262
Sinistro a receber		1.951	17.584
Tributos a recuperar		2.518	-
Outros créditos		5.015	217
Imobilizado	10	157.315	162.487
Intangível	11	2.053.433	1.407.570
Infraestrutura em construção	11	1.498.869	1.152.768
Direito de uso em arrendamento		4.617	2.381
Total do ativo		**3.987.992**	**3.197.597**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**582.721**	**407.656**
Debêntures	14	35.424	3.804
Empréstimos e financiamentos	13	39.903	8.786
Fornecedores	12	120.551	131.843
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	120.007	80.330
Impostos e contribuições a recolher		12.514	12.632
Provisão de manutenção	16	35.865	45.597
Obrigações sociais e trabalhistas		12.064	11.633
Obrigações com o Poder Concedente		1.248	1.191
Passivo de arrendamento		3.078	1.816
Juros sobre capital próprio a pagar	9	198.737	108.346
Outras obrigações		3.330	1.678
Não circulante		**1.736.771**	**1.407.488**
Debêntures	14	1.042.792	999.464
Empréstimos e financiamentos	13	602.115	352.124
Fornecedores	12	12.364	4.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	32.295	-
Pis e Cofins diferidos		64	41
Provisão de manutenção	16	36.148	43.337
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	9.280	6.613
Passivo de arrendamento		1.703	842
Obrigações sociais e trabalhistas		10	108
Patrimônio líquido	17	**1.668.500**	**1.382.453**
Capital social		1.408.456	1.188.456
Reserva de capital		527	-
Reservas de lucros		259.517	193.997
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.987.992**	**3.197.597**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	**1.468.872**	**1.203.609**
Custos dos serviços prestados		**(1.174.965)**	**(937.580)**
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Serviços		(57.792)	(56.614)
Custo com pessoal		(50.477)	(51.075)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Depreciação e amortização	10 e 11	(59.505)	(42.202)
Materiais, equipamentos e veículos		(19.532)	(15.676)
Custo com o Poder Concedente		(14.895)	(14.212)
Energia elétrica		(5.680)	(5.032)
Seguros		(7.297)	(5.169)
Outros		(8.335)	(7.711)
Lucro bruto		**293.907**	**266.029**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(78.298)**	**(75.982)**
Despesas com pessoal		(30.821)	(29.223)
Serviços		(17.221)	(14.340)
Depreciação e amortização	10 e 11	(11.387)	(8.283)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.069)	(5.212)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.338)	(2.281)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.280)	(494)
Gastos compartilhados		(2.469)	(2.654)
Gastos com viagens e estadias		(953)	(688)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, e contratuais	15.1	(2.667)	(6.011)
Editais e publicações		(292)	(458)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(4.643)	(2.666)
Perda na alienação de ativo		(10.503)	239
Ressarcimento de sinistros		18.013	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(5.668)	(3.911)
Resultado antes do resultado financeiro		**215.609**	**190.047**
Resultado financeiro	19	(12.077)	(6.682)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**203.532**	**183.365**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(31.670)	(43.566)
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R$)	17.2	**0,13659**	**0,11763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**171.862**	**139.799**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**171.862**	**139.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receitas		**1.545.746**	**1.250.828**
Receitas operacionais	18	1.518.491	1.250.257
Outras receitas		27.255	571
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Custos dos serviços prestados		(109.633)	(99.859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(59.173)	(38.093)
Valor adicionado bruto		**425.488**	**372.987**
Depreciação e amortização		(70.892)	(50.485)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**354.596**	**322.502**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	28.633	55.364
Valor adicionado total a distribuir		**383.229**	**377.866**
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		42.957	45.257
Benefícios		19.520	18.691
FGTS		3.634	3.198
Tributos			
Federais		68.065	74.957
Estaduais		215	225
Municipais		28.638	26.811
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		40.237	61.894
Aluguéis		8.101	7.034
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		65.520	88.199
Juros sobre capital próprio		106.342	51.600
		383.229	**377.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Ajustes por:			
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	155.286	134.052
Depreciação e amortização	10 e 11	68.562	48.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.835	13.502
Baixa do ativo imobilizado	10 e 11	20.598	-
Constituição da provisão de manutenção	16	5.864	26.194
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	9.172	6.391
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetária para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	7.460	24.575
Capitalização de custo de empréstimos	19	(129.249)	(80.540)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	2	-
Depreciação - direito de uso em arrendamento		2.330	2.125
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.4	527	-
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	19	3.336	1.008
Ajuste a valor presente do arrendamento	19	275	369
Rendimento sobre aplicações financeiras		(3.178)	(16.486)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(6.934)	(5.606)
Contas a receber de partes relacionadas	9	47	2.657
Tributos a recuperar		(10.013)	(9.083)
Sinistros		15.633	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(14.489)	(28.841)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(49.499)	76.903
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	36.341	31.317
Obrigações sociais e trabalhistas		333	1.600
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		1.998	22.101
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(18.067)	(32.305)
Realização da provisão de manutenção	16	(31.957)	-
Pis e Cofins diferidos		23	13
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(4.793)	(18.564)
Obrigações com o Poder Concedente		57	53
Outras obrigações		1.652	11.139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**267.014**	**350.733**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(30.383)	(24.354)
Aquisição de ativo intangível	11	(918.158)	(835.019)
Outros de ativo intangível	11	47.448	606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	29.503	305.381
Resgate/aplicações (conta reserva)	6	45.207	(56.234)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(826.383)**	**(609.620)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	267.680	124.528
Pagamento de principal	22.2	(11.477)	(1.445)
Pagamento de juros	22.2	(55.433)	(27.174)
Arrendamento			
Pagamento de juros	22.2	(2.718)	(2.528)
Integralização de capital	22.2	220.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**418.052**	**93.381**
Redução de caixa e equivalente de caixa		**(141.317)**	**(165.506)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		281.894	447.400
No final do exercício		140.577	281.894
		(141.317)	**(165.506)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social			Reserva de lucros			
	Nota	Subscrito	A integralizar	Reserva de Capital	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**38.486**	**67.312**	**-**	**1.294.254**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.799	139.799
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(43.860)	(43.860)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Reserva legal		-	-	-	6.990	-	(6.990)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	81.209	(81.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	171.862	171.862
Aumento de capital em 28 de maio de 2025	17.1	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 6 de junho de 2025	17.1	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Aumento de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	-	120.000	-	-	-	-	120.000
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(65.741)	(65.741)
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(11.601)	(11.601)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(4.350)	(4.350)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.7	-	-	527	-	-	-	527
Reserva legal	17.2	-	-	-	8.594	-	(8.594)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	-	-	56.926	(56.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.408.456**	**-**	**527**	**54.070**	**205.447**	**-**	**1.668.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela Concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

16. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;

20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo,com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 18. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do

continua

instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.15. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.16. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.18. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.19. Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à contratação de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9, 13. 14 e 20. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9, 13, 14 e 20. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financimentos (a)	75.155	79.104	76.904	71.507	688.863
Debêntures (a)	78.907	77.449	86.659	84.875	1.682.135
Fornecedores e outras obrigações	123.881	12.374	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	120.007	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.248	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 324.240 substancialmente composto por fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas e juros sobre capital próprio a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 9, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	3.516	7.219
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	137.061	274.675
Total	**140.577**	**281.894**
Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Circulante	**30.701**	**62.160**
Aplicações financeiras (a)	645	26.970
Conta reserva (b)	30.056	35.190
Não circulante	**-**	**40.073**
Conta reserva (b)	-	40.073
Total	**30.701**	**102.233**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,27% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,83 % do CDI, equivalente a 10,86% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures (notas explicativas nos 13 e 14).

continua

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2025	2024
Circulante	**45.802**	**38.868**
Contas a receber das operações (a)	45.802	38.868
Total	**45.802**	**38.868**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão. **7.2. *Aging* do contas a receber**

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	45.802	38.868
Total	**45.802**	**38.868**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**203.532**	**183.365**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	**(69.201)**	**(62.344)**
Juros sobre capital próprio	35.621	17.544
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	1.353
Despesas indedutíveis	(513)	(491)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(170)	(60)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	755	31
Outros ajustes tributários	1.838	401
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(31.670)**	**(43.566)**
Impostos correntes	2.165	(30.064)
Impostos diferidos	(33.835)	(13.502)
Alíquota efetiva do imposto	**15,56%**	**23,76%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	**48.962**	**36.748**
Provisão de manutenção	24.485	30.238
IRPJ e CSLL s/ prejuízos fiscais e bases negativas	16.295	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3.155	2.248
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.506	2.268
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.049	854
Diferenças temporárias	328	-
Programa de gratificação de longo prazo	745	389
Arrendamento	56	91
Outros	343	660
Compensação de imposto ativo	**(48.962)**	**(35.208)**
Impostos ativos após a compensação	**-**	**1.540**
Passivo	**(81.257)**	**(35.208)**
Custo de transação de financiamentos	(8.719)	(6.172)
Capitalização de juros	(72.538)	(29.036)
Compensação de imposto passivo	**48.962**	**35.208**
Impostos passivos após compensação	(32.295)	-
Imposto diferido líquido	**(32.295)**	**1.540**
Movimentação do imposto diferido	**2025**	**2024**
Saldos em 1º de janeiro	**1.540**	**15.042**
Reconhecimento no resultado	(33.835)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro	**(32.295)**	**1.540**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras direta e indireta e outras partes relacionadas.

	2025			2024		
Saldos	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**-**	**90**	**90**	**15**	**105.841**	**105.856**
Bancos conta movimento	-	69	**69**	-	10	**10**
Aplicações financeiras	-	-	**-**	-	105.777	**105.777**
Contas a receber	-	13	**13**	15	45	**60**
Outros créditos	-	8	**8**	-	9	**9**
Passivo	**210.311**	**108.433**	**318.744**	**80.206**	**124**	**188.676**
Fornecedores e contas a pagar	119.920	87	**120.007**	80.206	124	**80.330**
Juros sobre capital próprio	90.391	108.346	**198.737**	-	-	**108.346**

	2025			2024		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora indireta**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	(808)	**(808)**	-	(909)	**(909)**
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(183)	**(183)**	-	(86)	**(86)**
Custos/despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	**-**	-	(2)	**(2)**
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	-	(284)	**(284)**	-	(13)	**(13)**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.533)	**(5.533)**	-	(5.972)	**(5.972)**
Custos/despesas - doações	-	(1.246)	**(1.246)**	-	(1.247)	**(1.247)**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	**-**	-	(3)	**(3)**
Custos/despesas - outros gastos gerais	-	-	**-**	-	(34)	**(34)**
Custos/despesas - seguros	-	(48)	**(48)**	-	105	**105**
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	(99)	**(99)**	-	(228)	**(228)**
Ressarcimentos de gastos gerais	-	366	**366**	-	-	**-**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(2)	**(2)**	-	(2)	**(2)**
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	(3.336)	-	**(3.336)**	(1.008)	-	**(1.008)**
Receita de venda do ativo imobilizado	-	-	**-**	-	189	**189**
Receitas de aplicações financeiras	-	3.780	**3.780**	-	21.521	**21.521**
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	(63.312)	-	**(63.312)**	(49.941)	-	**(49.941)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(12)	998	**986**	(359)	265	**(94)**
Intangível	-	(1.325)	**(1.325)**	-	109	**109**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R$ 26.593 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

9.2. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:	2025	2024
Remuneração: (a) (b)	**1.682**	**1.430**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**893**	**870**
Outros benefícios:		
Incentivo de longo prazo	287	-
Provisão para remuneração variável do ano	527	536
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(65)	-
Previdência privada	38	23
Seguro de vida	2	1

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de até R$ 1.554, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. **Saldos a pagar aos profissionais-chave:**

	2025	2024
Remuneração dos administradores (b)	**651**	**816**

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 4.518, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave; (b) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária).

9.3. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	2025	2024
1,20% a.a.	3.336	1.008
Total	**3.336**	**1.008**

10. Ativo Imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado							
	Móveis e utensílios	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Instalações e edificações**	**Equipamentos operacionais**	**Total em operação**	**Imobilizações em andamento**	**Total imobilizado**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**943**	**15.729**	**1.082**	**-**	**52.435**	**70.189**	**77.910**	**148.099**
Adições	-	-	-	-	-	-	24.784	
Transferências	14	19.635	5.627	-	13.341-	38.617	(38.617)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3.344	-	-	-	3.344	-	3.344
Depreciação	(142)	(4.488)	(1.453)	-	(7.657)	(13.740)	-	(13.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**815**	**34.220**	**5.256**	**-**	**58.119**	**98.410**	**64.077**	**162.487**
Custo	1.429	47.145	17.755	-	81.580	147.909	64.077	211.986
Depreciação acumulada	(614)	(12.925)	(12.499)	-	(23.461)	(49.499)	(49.499)	(49.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**815**	**34.220**	**5.256**	**-**	**58.119**	**98.410**	**64.077**	**162.487**
Adições	-	-	-	-	-	-	30.597	30.597
Baixas	(85)	(14.358)	-	(5.986)	(60)	(20.489)	-	(20.489)
Transferências								
Reclassificação entre imobilizado e intangível	96	24.984	-	5.986	7.312	38.378	(38.378)	-
	-	1.977	-	-	-	1.977	-	1.977
Depreciação	(144)	(6.658)	(1.605)	-	(8.850)	(17.257)	-	(17.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**682**	**40.165**	**3.651**	**-**	**56.521**	**101.019**	**56.296**	**157.315**
Custo	1.330	58.369	17.705	-	88.782	166.186	56.296	222.482
Depreciação acumulada	(648)	(18.204)	(14.054)	-	(32.261)	(65.167)	-	(65.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**682**	**40.165**	**3.651**	**-**	**56.521**	**101.019**	**56.296**	**157.315**
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2025	10	11	24	10	10			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 214 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo de financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	**Sistemas informatizados**	**Sistemas informatizados em andamento**	**Total em operação**	**Infraestrutura em construção**	**Total do intangível**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**1.007.150**	**1.892**	**6.950**	**1.015.992**	**735.513**	**1.751.505**
Adições	-	-	9.596	9.596	837.807	847.403
Transferências	420.554	99	(998)	420.552	(420.552)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3.344)	(3.344)	-	(3.344)
Amortização	(33.942)	(678)	-	(34.620)	-	(34.620)
Outros	(606)	-	-	(606)	-	(606)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.393.156**	**2.210**	**12.204**	**1.407.570**	**1.152.768**	**2.560.338**
Custo	1.486.617	4.136	12.204	1.502.957	1.152.768	2.655.725
Amortização acumulada	(93.461)	(1.926)	-	(95.387)	-	(95.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.393.156**	**2.210**	**12.204**	**1.407.570**	**1.152.768**	**2.560.338**
Adições	-	-	5.321	5.321	1.087.482	1.092.803
Baixas	-	(109)	-	(109)	-	(109)
Transferências	716.597	3.273	(3.270)	716.600	(716.600)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1.977)	(1.977)	-	(1.977)
Amortização	(50.205)	(1.100)	-	(51.305)	-	(51.305)
Outros	(22.667)	-	-	(22.667)	(24.781)	(47.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.036.881**	**4.274**	**12.278**	**2.053.433**	**1.498.869**	**3.552.302**
Custo	2.180.547	7.300	12.278	2.200.125	1.498.869	3.698.994
Amortização acumulada	(143.666)	(3.026)	-	(146.692)	-	(146.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.036.881**	**4.274**	**12.278**	**2.053.433**	**1.498.869**	**3.552.302**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	1.490.362
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	1.082.681
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	207.487
1ª Intervenção de pavimento	89.899
Obras de melhoria na BR-386	88.515
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	21.780

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 129.035 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 80.110 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A taxa média de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,52% a.a. e 1,68% a.a. respectivamente.

12. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	**120.551**	**131.843**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	80.000	88.910
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	63	-
Cauções e retenções contratuais (b)	40.488	42.933
Não circulante	**12.364**	**4.959**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	4.959
Cauções e retenções contratuais (b)	12.364	-
Total	**132.915**	**136.802**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,4367% (a)	Dezembro de 2044	4.725	3.564	83.084	78.044	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,2196% (a)	Dezembro de 2044	5.125	4.014	112.639	104.733	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2044	5.336	4.312	55.352	51.112	(b) (c) (d)
BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	120.168	127.021	(e)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)	Dezembro de 2044	1.113	1.067	32.460	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2846% (b)	Dezembro de 2043	743	720	21.652	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0881% (b)	Dezembro de 2044	4.522	4.419	130.730	-	(b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2926% (b)	Dezembro de 2043	2.969	2.922	85.933	-	(b) (c) (d)
			Total	**21.018**	**642.018**	**360.910**		

	2025	2024
Circulante	**39.903**	**8.786**
Empréstimos e financiamentos	41.770	9.876
Custos de transação	(1.867)	(1.090)
Não circulante	**602.115**	**352.124**
Empréstimos e financiamentos	621.266	364.016
Custos de transação	(19.151)	(11.892)
Total	**642.018**	**360.910**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias: (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis; (c) Garantia real; (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva; e (e) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	46.895
2028	47.527
2029	45.361
2030	22.385
2031 em diante	459.098
(-) Custo de transação	(19.151)
Total	**602.115**

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6.286	4.628	1.078.216	1.003.268	(b) (c) (d)
			Total	**4.628**	**1.078.216**	**1.003.268**		

	2025	2024
Circulante	**35.424**	**3.804**
Debêntures	35.841	4.512
Custos de transação	(417)	(708)
Não Circulante	**1.042.792**	**999.464**
Debêntures	1.047.003	1.003.928
Custos de transação	(4.211)	(4.464)
Total	**1.078.216**	**1.003.268**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias: (b) Alienação fiduciária; (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	9.417
2028	18.835
2029	18.834
2030	28.251
2031 em diante	971.666
(-) Custo de transação	(4.211)
Total	**1.042.792**

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece

continua

continuação **Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. -** CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais. **15.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.415**	**5.198**	**-**	**6.613**
Constituição	2.416	6.332	38	8.786
Reversão	(836)	(1.599)	(16)	(2.451)
Pagamentos	(1.550)	(3.237)	(6)	(4.793)
Atualização de bases processuais e monetária	252	873	-	1.125
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.697**	**7.567**	**16**	**9.280**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	8.906	5.516
Trabalhistas e previdenciárias	4.208	7.146
Total	**13.114**	**12.662**

16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**45.597**	**43.337**	**88.934**
Constituição	(14.103)	19.967	5.864
Ajuste a valor presente	4.410	4.762	9.172
Transferências	31.918	(31.918)	-
Realização	(31.957)	-	(31.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**35.865**	**36.148**	**72.013**

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social: Em 28 de maio de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 100.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas em 28 de maio de 2025 e integralizadas em 6 de junho de 2025. Em 2 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 120.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 120.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e foram totalmente subscritas e integralizadas em 2 de dezembro de 2025. O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 1.408.456, dividido em 1.408.456.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **17.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **17.3. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **17.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	171.862
(-) Constituição de reserva legal	(8.594)
Lucro líquido ajustado	**163.268**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	40.817
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	90.391
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**90.391**

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar. **17.5. Juros sobre capital próprio:** Em 22 de setembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 77.342, relativo ao lucro do período de janeiro a agosto de 2025, correspondente ao montante líquido de R$ 65.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 11.601, a serem pagos quando oportuno e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025. Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 29.000, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R$ 24.650, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 4.350, a serem pagos conforme deliberação futura e com base na composição acionária vigente na presente data. **17.6. Lucro por ação básico:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	171.862	139.799
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.258.236	1.188.456
Lucro por ação ordinária - básico	**0,13659**	**0,11763**

17.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.868 ações; • Data da outorga: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R$ 11,46, R$ 10,57 e R$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de vesting. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 20.868 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.906 ações, restando 37.832 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R$ 527 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	**1.518.491**	**1.250.257**
Receitas de pedágio	572.301	535.920
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	945.588	713.695
Receitas acessórias	602	642
Deduções das receitas brutas	**(49.619)**	**(46.648)**
Impostos sobre receitas	(49.549)	(46.408)
Abatimentos	(70)	(240)
Receita operacional líquida	**1.468.872**	**1.203.609**

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	**(40.710)**	**(62.046)**
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(155.286)	(134.052)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(3.336)	(1.008)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(9.172)	(6.391)
Capitalização de custo de empréstimos	129.249	80.540
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(275)	(369)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(1)
Taxas e outras despesas financeiras	(1.888)	(765)
Receitas financeiras	**28.633**	**55.364**
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.912	54.983
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	1
Juros e outras receitas financeiras	2.721	380
Resultado financeiro líquido	**(12.077)**	**(6.682)**

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	Nível	2025	2024
		217.093	**423.055**
Valor justo através do resultado		**171.278**	**384.127**
Caixa e bancos	Nível 2	3.516	7.219
Aplicações financeiras	Nível 2	137.706	301.645
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	30.056	75.263
Custo amortizado		**45.815**	**38.928**
Contas a receber das operações		45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas		13	60
Passivo		**(2.176.471)**	**(1.692.633)**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		**(2.176.471)**	**(1.692.633)**
Debêntures (a)		(1.078.216)	(1.003.268)
Empréstimos e financiamentos (a)		(642.018)	(360.910)
Fornecedores e outras obrigações		(136.245)	(138.588)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(120.007)	(80.330)
Juros sobre capital próprio		(198.737)	(108.346)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.248)	(1.191)
Total		**(1.959.378)**	**(1.269.578)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	120.168	108.706	127.021	103.841
Debêntures (a)	1.082.844	932.849	1.008.440	863.069

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data-base.

20.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em Risco R$ [4][5]	Efeito em R$ no resultado Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(1.745.880)	(172.617)	(190.836)	(209.054)
Efeitos sobre empréstimos, financimentos e debêntures		**(172.617)**	**(190.836)**	**(209.054)**
CDI	168.428	13.204	16.418	19.600
Efeitos sobre aplicações financeiras		**13.204**	**16.418**	**19.600**
Total do efeito líquido de ganhos/(perdas)		**(159.413)**	**(174.418)**	**(189.454)**
As taxas de juros consideradas foram [1]:	CDI [2]	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A [3]	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo; Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento	3.090.465	3.960.670

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram o caixa: As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**45.610**
Fornecedores	45.610
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(45.610)**
Adições ao ativo intangível	(45.610)

22.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(360.910)**	**(1.003.268)**	**(2.658)**	**(1.188.456)**	**(2.555.292)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**(239.615)**	**38.845**	**2.718**	**(220.000)**	**(418.052)**
Captações (líquidas de custos de transação)	(267.680)	-	-	-	(267.680)
Pagamento de principal	6.490	4.987	-	-	11.477
Pagamento de juros	21.575	33.858	2.718	-	58.151
Integralização de capital	-	-	-	(220.000)	(220.000)
Outras variações que não afetam o caixa	**(41.493)**	**(113.793)**	**(4.841)**	**-**	**(160.127)**
Ajuste a valor presente	-	-	(275)	-	(275)
Adições de contrato de arrendamento	-	-	(4.566)	-	(4.566)
Despesa com juros e variação monetária	(41.493)	(113.793)	-	-	(155.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(642.018)**	**(1.078.216)**	**(4.781)**	**(1.408.456)**	**(3.133.471)**

23. Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2026 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 259.000, mediante a emissão de 259.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2026 por sua única acionista Motiva. Foi integralizado o valor de R$ 60.000 no dia 9 de fevereiro de 2026.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Fausto Camilotti	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0 S/RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, conselheiros e administração da

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Capitalização de gastos com ativos de concessão: (Notas explicativas nºs 3.2, 3.7, 3.14 e 11): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, consequentemente, a determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões; • testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação; • avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e • avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** A auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, sem modificação, foi emitido em 26 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Você dirige na velocidade que mais mata no Brasil.

A VELOCIDADE DA MORTE SURPREENDE MUITOS MOTORISTAS. E VAMOS COMBINAR: É MELHOR DESCOBRI-LA COM AS MÃOS NO JORNAL DO QUE COM AS MÃOS NO VOLANTE.

A VELOCIDADE DA MORTE NÃO DÁ CHANCE PRA NINGUÉM. EM UM ACIDENTE, O PEDESTRE TEM **2% DE CHANCE DE SOBREVIVER** E OS CICLISTAS E MOTOCICLISTAS RARAMENTE VOLTAM A TER O MESMO CORPO.

A VELOCIDADE DA MORTE É PERMITIDA NAS AVENIDAS DA SUA CIDADE PORQUE A LEGISLAÇÃO A CONSIDERA SEGURA. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE DISCORDA DISSO.

A VELOCIDADE DA MORTE É 60 KM/H.

REDUZI-LA NAS AVENIDAS PARA **50 KM/H** PODE DIMINUIR EM 30% OS SINISTROS COM MORTE E POUCO MUDA NO SEU TEMPO DE TRAJETO.

FORTALEZA E SÃO PAULO FIZERAM TESTES BEM-SUCEDIDOS, E HOJE, A MAIORIA DOS PAÍSES DA EUROPA JÁ ABOLIU A VELOCIDADE DA MORTE DE SUAS AVENIDAS.

ACESSE **VELOCIDADESEGURA.ORG.BR** E ASSINE A PETIÇÃO POR UM TRÂNSITO QUE RESPEITE A VIDA DE PEDESTRES, CICLISTAS E MOTOCICLISTAS.

Fundação Thiago de Moraes Gonzaga